

ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 117

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 117

107ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Mensagens 03

Indicações 26

Requerimentos 30

Projetos de Lei 33

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 34

Dep. Luciana Rafagnin 35

Dep. Tadeu Veneri 36

Dep. Enio Verri 37

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 38

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 39

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 40

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 42

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 44

Discussão/Votação

Redação Final 45

3ª Discussão 45

2ª Discussão 46

1ª Discussão 46

Requerimentos 47

Encerramento da Sessão 47

DIÁRIO Nº 117

107ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

08 DE OUTUBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin,

Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysso Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strappasson, Elio Rusch, Enio Verri, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Elton Welter, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida e Miltinho Pupio (08)

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Marcelo Rangel e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Mensagem***

MENSAGEM Nº 031/08

Curitiba, em 07/10/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera, conforme especifica, a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências.

JUSTIFICAÇÃO

O anteprojeto de lei altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, dando nova redação principalmente ao artigo 14, que dispõe sobre as alíquotas internas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

1) Considerações Iniciais

O anteprojeto de lei estruturado de modo a facilitar o seu entendimento. Optou-se por reorganizar todo o artigo 14 da Lei nº 11580, tanto porque as alterações propostas são muito amplas, como porque as várias mudanças feitas no dispositivo legal ao longo dos anos não facilitam a sua consulta e compreensão sistêmica. Cita-se como exemplo a redução de alíquota, de 18% para 12%, proposta para os “alimentos” em geral. Se apenas fosse acrescentado um novo inciso à redação atual, incorrer-se-ia em redundância, pois o artigo 14 tem incisos específicos para produtos tais como farinha de trigo, massas alimentícias, produtos de padaria e leite UHT.

A seqüência das alíquotas foi disposta da menor para a maior e, sempre que possível, os produtos foram organizados em “grupos” ou “famílias”, tendo em vista observar-se que a ordem alfabética não contribuía para se obter uma seqüência mais didática. Outro aspecto é que em quase todos os incisos foi possível especificar os produtos em termos de Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), adotada a partir de 01/01/97, pois a redação atual tem vários produtos com código especificados em termos da antiga NBM.

Para facilitar o entendimento, acompanha o anteprojeto em quadro comparativo onde a redação proposta para cada inciso e alíquota é comparada com a redação em vigor, contendo ainda notas explicativas. O mesmo

quadro foi resumido para facilitar a visualização das alterações significativas de mérito.

Note-se que, para evitar dúvidas de interpretação, o anteprojeto inicia esclarecendo que as alterações nas alíquotas preservam os benefícios fiscais previstos na legislação. Isso é recomendável porque muitos produtos cuja alíquota será reduzida para 12% já têm carga tributária efetiva de ICMS inferior a 12%, em virtude de benefícios fiscais como isenção, redução na base de cálculo, crédito presumido e diferimento. O anteprojeto ficaria muito detalhado e pouco compreensível se fossem excluídos da redução de alíquota os produtos que já têm carga tributária inferior a 12%. Além disso, com o procedimento adotado, a revogação de algum benefício implica que os respectivos produtos fiquem sujeitos a alíquota de 12%, automaticamente.

O anteprojeto diz respeito, principalmente, à alteração de alíquotas aplicadas no último estágio, ou seja, nas operações destinadas a consumidor final. Esta percepção é relevante, pois no Paraná as operações praticadas entre contribuintes já o são com carga tributária efetiva de ICMS de no máximo 12% em virtude do regime do diferimento parcial. Este diferimento teve por pressuposto nivelar a carga tributária interna à interestadual, uma iniciativa que se adotou para proteger o mercado interno paranaense, enquanto não acontece uma reforma tributária que integre melhor o mercado nacional, alterando o modelo de ICMS aplicado às operações interestaduais.

Assim, a redução de alíquota alcança principalmente produtos que são atualmente submetidos à alíquota de 18%, comercializados preponderantemente por estabelecimentos varejistas, do regime normal de ICMS, quando realizam operações com destino a consumidor final. Isso porque, no que se refere às micro e pequenas empresas (MPE) optantes pelo regime do Simples Nacional, as alíquotas efetivas no Paraná variam desde a isenção até 3,4%, de modo que, por razões diferentes em relação às indústrias, este universo também não é o foco do anteprojeto, exceto quando a MPE compra para seu uso e consumo próprio. De ver que as MPE também são altamente favorecidas, pois lhes é dispensado o recolhimento da diferença de ICMS correspondente à parcela diferida nas suas aquisições.

Enfim, apesar das várias medidas já adotadas pelo Governo do Paraná, ainda há um vasto elenco de produtos que podem ser candidatos oportunos a uma redução de alíquota de ICMS, com foco específico no consumidor final.

2) A lógica da modulação nas alíquotas - redução de 18% para 12% e elevação de 26% e 27% para 28% e 29%.

Quanto ao mérito, a reforma proposta nas alíquotas contribui para melhor distribuir a renda, simplificar e tornar mais transparente a tributação do ICMS, melhorar a justiça tributária e o respeito à capacidade contributiva, reduzir os custos de administração tributária, na linha dos

pressupostos contidos no artigo 2º da Lei Complementar nº 107, de 2005.

Propõe-se a redução da alíquota, de 18% para 12%, para uma extensa lista de bens e mercadorias, principalmente de consumo popular, muitos deles de primeira necessidade. São contemplados com a redução produtos como alimentos, fármacos e medicamentos, calçados, vestuário, tecidos e seus artefatos, de higiene pessoal, também de uso doméstico, como os artigos para serviço de mesa ou de cozinha, fogões, fornos de microondas, geladeiras, máquinas de lavar roupa, secadores de roupa, máquinas de costura, ferros elétricos de passar, aspiradores de pó e chuveiros.

Como a lógica que norteia a proposta é uma modulação nas alíquotas de ICMS sem que haja impacto na arrecadação, à redução antes aludida se contrapõe majoração de alíquota, em dois pontos percentuais, na energia elétrica (exceto a destinada para eletrificação rural), nos serviços de comunicação, na gasolina (inclusive o álcool anidro a ela misturado), no fumo e cigarros, nas cervejas e nas bebidas alcoólicas presentemente sujeitas a 27%. O aumento é apenas na proporção necessária para compensar o impacto decorrente do decréscimo na alíquota. Dito de outro modo, o anteprojeto modula as alíquotas de modo que o impacto sobre a arrecadação seja neutro, de sorte a cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 14).

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 e dada a previsão constitucional do princípio da seletividade de alíquotas no ICMS, as políticas públicas estaduais vêm utilizando este imposto também para racionalizar a tributação, de sorte a obter, simultaneamente, menores custos administrativos e maior produtividade fiscal.

Consegue-se uma carga tributária média menor sobre bens mais consumidos pelas pessoas de menor renda, ao tempo em que impõe carga tributária média mais elevada sobre alguns produtos e serviços mais demandados pelas de maior renda. Por exemplo, a carga tributária menor atribuída aos fármacos e medicamentos é um dos grandes avanços da proposta, na medida em que este segmento é sujeito à alíquota-padrão de 18%, ainda que se leve em conta que o setor já está contemplado com diversos benefícios fiscais.

De outro lado, é de se considerar que o Paraná, em sedimentando prática já arraigada nas hostes da tributação brasileira, adota o regime de substituição tributária (ST) para muitos produtos contemplados nesta proposta. Este regime, como é sabido, propicia maior controle e produtividade fiscal e, por isso mesmo, tanto a majoração quanto a minoração de alíquotas de produtos de ST facilita que sejam atingidos os objetivos deste anteprojeto.

Da ótica empresarial, a majoração de alíquota na energia elétrica não afeta a matriz de custos do setor produtivo, pois o ICMS destacado nas faturas de energia elétrica utilizada como insumo é neutralizado na forma de apropriação de créditos.

Como o anteprojeto foi erigido tendo em vista alcançar valores equivalentes entre aqueles decorridos da minoração e os da elevação de alíquotas, o pressuposto é o de que o nível de arrecadação de ICMS paranaense prevalecerá constante. O efeito sobre a economia dar-se-á no plano das modificações de preços relativos e estes também se acomodarão até o ponto em que o maior consumo de bens contemplados com alíquota menor liberará recursos dos orçamentos individuais e familiares para suportar a modificação de preços dos bens com alíquota majorada.

Observe-se que, além do pressuposto de manter o nível atual de arrecadação, a proposta vai ao encontro do princípio da seletividade do ICMS em função da essencialidade dos produtos conforme preconiza a Constituição Federal, cobrando mais onde o estado pode arrecadar melhor e de certa forma mais justamente, reduzindo, em contrapartida a alíquota incidente sobre produtos essenciais e nos quais a ação fiscalizadora é mais difícil devido a características pulverizadas e disseminadas da produção e comercialização. Deste modo, a diferenciação de alíquotas atende também a manutenção de escala satisfatória de arrecadação, concentrando-a em alguns produtos e empresas com resposta elástica a modificações do regime tributário. Essa diretriz teve início no Paraná em 1992, quando foi elevada de 17% para 25% a alíquota incidente sobre energia elétrica, serviços de comunicação e gasolina, em contrapartida a uma redução, de 18% e 12%, para 7%, para os então denominados produtos da cesta básica paranaense.

A concentração da arrecadação em determinados produtos simplifica o ICMS, torna mais clara a tributação, reduz a concorrência desleal e os custos para a exação fiscal, pois a tecnologia, a informática, a moeda eletrônico-escritural, o vulto do consumo e as peculiaridades de produtos e serviços, objeto de elevação das alíquotas, permitem adotar novas formas de mensurá-las, que tornam mais simples e incontestável a apuração dos seus valores.

Por derradeiro, é importante deixar consignado que este anteprojeto de lei não atua de forma isolada e nem é panacéia exclusiva para sozinho eliminar as desigualdades sociais. Ao contrário, ele é aderente e complementar a inúmeras outras políticas públicas implementadas pela atual Administração, muitas delas executadas pela ótica do gasto orçamentário, na condição em que se revelem mais eficazes para alcançar os seus respectivos públicos-alvo (Luz Fraterna, Leite das Crianças, Tarifa Social da Água da SANEPAR).

3) Impacto na arrecadação de ICMS

(Versão sujeita a alteração e complemento de informações)		
Impacto	2007 Em R\$ Correntes	2008 Em R\$ a preços médios de jan a ago
Por Redução de Alíquota de 18% para 12%	375.158.088	412.533.031
Por Elevação de Alíquotas:		409.618.228
Energia Elétrica, de 27% para 29%		100.295.911
Serviços de Comunicação, de 27% para 29%		144.808.330
Gasolina, de 26% para 28%		118.194.509
Fumo e Cigarros, de 27% para 29%		13.279.918
Cerveja, de 27% para 29%		33.039.561
Outras Bebidas Alcoólicas, de 27% para 29% (não calculado por ora)		
Fonte: SEFA/CRE/IGF, com a contribuição da CAEC		

Notas relevantes:

O impacto da redução de alíquota de 18% para 12% foi calculado com dados de 2007.

Em decorrência da complexidade, o levantamento foi feito para os produtos comercializados por contribuintes cadastrados nas seguintes atividades econômicas, que contemplam o universo mais expressivo objeto das alterações: comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (supermercados e hipermercados); lojas de departamentos ou magazines; comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano e comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas.

Como não foi possível alcançar a totalidade das operações, o resultado original do impacto da redução de alíquota ficou subestimado, razão pela qual, como margem de segurança, foi aumentado em 5%. Em seguida, o novo resultado foi corrigido para preços médios de janeiro a agosto de 2008, com base na variação do IPCA, bem como acrescido de 5%, que corresponde ao crescimento real estimado para o PIB em 2008 relativamente a 2007. Este procedimento permite comparar o valor do impacto da redução de alíquota com o valor do aumento de alíquotas, pois neste último caso foi possível proceder os cálculos com informações de 2008.

A seguir algumas restrições que justificam o aumento em 5% no impacto original da redução da alíquota, bem como qualificam o alcance dos procedimentos metodológicos adotados:

a) não foi possível calcular o impacto no caso de operações praticadas por estabelecimentos comerciais (não optantes pelo regime Simples Nacional) cadastrados em CNAE's (Código Nacional de Operações e Presta-

ções) alheias às atividades antes relacionadas. Apenas um exemplo: os produtos com proposta de redução de alíquota comercializados em lojas de conveniência dos postos de combustíveis;

b) não foram computadas as operações praticadas por contribuintes cadastrados em atividades econômicas do setor indústria quando destinam produtos com redução de alíquota diretamente a consumidor final e quando renunciam ao benefício do diferimento parcial para 12%, ou seja, quando destacam ICMS de 18% sobre uma base de cálculo "cheia";

c) não calculou-se o impacto das operações com "hortifrutigranjeiros e agropecuários em estado natural" e "rações, farinhas, farelos, tortas e resíduos destinados à alimentação animal ou utilizadas na sua fabricação", pois a percepção é que os produtos destes "grupos" já têm uma carga tributária efetiva e média de ICMS inferior a 12%, pois usufruem de diversos benefícios fiscais; no caso das rações, calculou-se apenas as vendas em supermercados, relativas a rações para animais domésticos.

Não foi possível, por ora, calcular o impacto decorrente:

a) da redução de alíquota, de 18% para 12%, em relação aos seguintes produtos: autopeças; medicamentos, drogas, soros e vacinas de uso veterinário; madeiras e suas obras;

b) do aumento de alíquota, de 27% para 29%, no caso das bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);

c) da permissão para apropriação de crédito na entrada de energia elétrica consumida no depósito, armazenagem, entrepostagem, secagem e beneficiamento de matéria-prima.

Os cálculos foram feitos com pressuposto de que as variáveis econômicas relevantes permaneçam constan-

tes. Deste modo e como exemplo, não foram consideradas variáveis como: lógica das empresas e estratégias de mercado que podem ser alteradas em virtude das mudanças nas alíquotas; modificações nos custos das diferentes cadeias produtivas; outras repercussões encilhadas de incidência de PIS/COFINS; efeito substituição de consumo (por exemplo, de gasolina por álcool hidratado).

Efeito-Preço: Exemplo Práticos

a) Efeito esperado no preço de venda a consumidor final, em determinado produto com preço atual de R\$ 100, sujeito a alíquota de 18% em todas as etapas da produção e circulação, com proposta de redução de alíquota para 12%:

Efeito Esperado no Preço	Com Alíquota de 18%	Com Alíquota de 12%
Preço de venda a consumidor (inclui o ICMS)	100,00	93,18
ICMS contido no preço	18,00	11,18
Preço (sem ICMS)	82,00	82,00
Redução no ICMS - Em %		37,9%
Redução esperada no preço de venda a consumidor - Em %		6,8%

b) Efeito esperado em uma fatura de energia elétrica

de R\$ 100, sujeita a alíquota de 27% e com proposta de elevação para 29%:

Efeito no Valor da Fatura	Com Alíquota de 27%	Com Alíquota de 29%
Valor da fatura de energia elétrica (inclui o ICMS)	100,00	102,81
ICMS contido na fatura	27,00	29,81
Fatura (sem ICMS)	73,00	73,00
Aumento no ICMS - Em %		10,4%
Aumento no valor da fatura - Em %		2,8%

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da administração federal, estadual ou municipal;

II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:

- a) animais vivos;
- b) hortifrutigranjeiros e agropecuários, em estado natural; casulos do bicho-da-seda; sementes, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;
- c) alimentos, sucos de frutas (NCM 2009) e água de coco;
- d) rações, farinhas, farelos, tortas e resíduos destinados à alimentação animal ou utilizadas na sua fabricação;
- e) refeições industriais (NCM 2106.90.90) e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes, bem como fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do artigo 2º, exceto o fornecimento ou a saída de bebidas;
- f) fármacos, medicamentos, drogas, soros e vacinas, inclusive veterinários; cápsulas vazias para medicamentos;
- g) de higiene pessoal e limpeza:
 1. xampus (NCM 3305.10.00);

2. dentífrícios (NCM 3306.10.00);
3. desodorantes corporais e antiperspirantes (NCM 3307.20);
4. papel higiênico (NCM 4818.10.00);
5. absorventes e tampões higiênicos, fraldas para bebês e geriátricas e artigos higiênicos semelhantes (NCM 4818.40);
6. escovas de dentes (NCM 9603.21.00);
- h) calçados, tecidos, artefatos de tecidos, artigos de cama, mesa e banho, e artigos de vestuário, inclusive roupas íntimas e de banho, camisolas e pijamas, gravatas, meias, luvas, lenços, xales, echarpes, cachecóis, mantilhas e véus;
 - i) sacolas ecológicas;
 - j) de uso doméstico.
1. artigos para serviço de mesa ou de cozinha, de plástico, madeira, porcelana, cerâmica e vidro (NCM 3924.10.00, 4419.00.00, 6911.10, 6912.00.00 e 7013.10.00 a 7013.49.00); talheres (NCM 8211.10.00, 8211.91.00, 8211.92.10 e NCM 82.15); panelas;
2. fogões de cozinha (NCM 7321), fornos de microondas (NCM 8516.50.00) e outros fornos, fogões de cozinha, fogareiros, grelhas e assadeiras (NCM 8516.60.000);
3. refrigeradores e combinações de refrigeradores e congeladores ("freezers"), munitos de portas exteriores separadas (NCM 8418.10.00 e 8418.2);
4. aparelhos eletromecânicos de motor elétrico incorporado (NCM 8509) e outros aparelhos eletrotérmicos (NCM 8516.7);
5. máquinas de lavar roupa (NCM 8450.1) e secadores de roupa (NCM 8421.12.10), com capacidade expressa em peso de roupa seca não superior a 10kg e a 6kg, respectivamente;
6. balanças (NCM 8423.10.00), máquinas de costura (NCM 8452.10.00) e ferros elétricos de passar (NCM 8516.40.00);
7. aspirador, de potência não superior a 1.500W e cujo volume do reservatório não exceda 20 litros (NCM 8508.11.00);
8. chuveiros e duchas;
- k) assentos (NCM 9401); móveis (NCM 9403); suportes elásticos para camas (NCM 9404.10) e colchões (NCM 9404.2);
 - 1) destinados à construção civil:
 1. areia, argila, saibro, pedra bruta, brita graduada e pedra marruada;
 2. tijolo, telha, tubo e manilha, de argila ou barro;
 3. telhas e lajes planas pré-fabricadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, de cimento, de concreto, ou de pedra artificial, mesmo armadas;
 4. cal (NCM 2522), calcário (NCM 2521.00.00) e gesso (NCM 2520.20);
 5. blocos e tijolos (NCM 6810.11.00).
 6. ladrilhos e placas de cerâmicas (NCM 6907 e 6908);
 7. pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica (NCM 6910.10.00 e 6910.90.00);
 - m) madeiras e suas obras:
 1. lenha (NCM 4401.10.00);
 2. madeira em bruto (NCM 4403 e 4404);
 3. painéis de fibras ou de partículas e painéis semelhantes, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos (NCM 4410 e 4411);
 4. madeira compensada (contraplacada), folheada, e madeiras estratificadas semelhantes (NCM 4412); madeira "densificada", em blocos, pranchas, lâminas ou perfis (NCM 4413);
 5. molduras de madeira (NCM 4414); caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, carretéis para cabos, paletes simples, paletes-caixas e outros estrados para carga e taipais de paletes (NCM 4415); barris, cubas, balsas, dornas, selhas e outras obras de tanoeiro e respectivas partes de madeira, incluídas as aduelas (NCM 4416); ferramentas, armações e cabos, de ferramentas, de escovas e de vassouras; formas, alargadeiras e esticadores, para calçados (NCM 4417); obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados ("shingles" e "shakes") (NCM 4418);
 - n) plásticos e suas obras:
 1. blocos de espumas (NCM 3909.50.29);
 2. perfis de polímeros de cloreto de vinila (NCM 3916.20.00);
 3. tubos e seus acessórios (NCM 3917);
 4. outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares (NCM 3920);
 5. artigos de transporte ou de embalagem; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes (NCM 3923);
 - o) combustíveis:
 1. gasolina de aviação (NCM 2710.11.51);
 2. óleo diesel (NCM 2710.19.21);
 3. mistura óleo diesel/biodiesel (NCM 2710.19.21);
 4. gás liquefeito de petróleo (NCM 2711.19.10);
 5. gás natural (NCM 2711.11.00 e 2711.21.00);
 6. gás de refinaria (NCM 2711.29.90);
 7. biodiesel (NCM 3824.90.29);
 - p) máquinas, implementos, tratores e microtratores, agropecuários e agrícolas (NCM 8201, 8424.81, 8432, 8436, 8437 e 8701);
 - q) máquinas e aparelhos industriais, exceto peças e partes (NCM 8417 a 8422, 8424, 8434, 8435, 8438 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515);
 - r) empilhadeiras (NCM 8427.1019, 8427.2010 e 8427.2090), trator de esteira (NCM 8429.1190), rolo compactador (NCM 8429.4000), motoniveladoras (NCM 8429.2090), carregadeiras (NCM 8429.51.9), escavadeira hidráulica (NCM 8429.5290) e retroescavadeiras (NCM 8429.5900);

s) elevadores e monta-cargas (NCM 8428.10), escadas e tapetes rolantes (NCM 8428.40), partes de elevadores (NCM 8431.31), eixos, exceto de transmissão e suas partes (NCM 8708.5) e outros reboques e semi-reboques, para transporte de mercadorias (NCM 8716.3);

t) veículos automotores novos e peças para veículos automotores, inclusive para veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subseqüentes, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;

u) independentemente de sujeição passiva por substituição tributária, os veículos classificados na NBM/SH, com o sistema de classificação adotado até 31/12/96:

8701.20.0200, 8701.020.9900, 8702.10.0100,
8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100,
8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100,
8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100
e 8706.00.0200;

v) da história da automação e eletrônica:

1. bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes para extração ou reciclagem, com ventilador incorporado, mesmo filtrante (NCM 8414);

2. máquinas e aparelhos de impressão por meio de blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 8442; outras impressoras, máquinas copiadoras e telecopiadoras (fax), mesmo combinados entre si; partes e acessórios (NCM 8443);

3. máquinas de calculas programáveis pelo usuário e dotadas de aplicações especializadas; máquinas de calcular, eletrônicas (NCM 8470.2); caixa registradora eletrônica (NCM 8470.50.1); máquinas, equipamentos e suas unidades baseadas em técnicas digitais próprias para aplicações em automação de serviços (NCM 8472.90.10, 8472.90.2, 8472.90.30, 8472.90.5 e 8472.90.9); partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a máquinas e aparelhos da subposição 8470.2, do item 8470.50.1, da posição 8471, dos subitens 8472.90.10, 8472.90.30 e 8472.90.90, e dos itens 8472.90.2 e 8472.90.5 desde que tais máquinas e aparelhos estejam relacionados nesta alínea (NCM 8473); partes e acessórios das máquinas da posição 8471 (NCM 8473.30); outros (NCM 8473.30.19);

4. motores de passo (NCM 8501.10.1); transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de alta indução (NCM 8504);

5. aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia, por fios e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; aparelhos telefônicos por fio, conjugados com aparelho telefônico sem fio, que incorporem controle por técnicas digitais, do subitem 8517.11.00, exceto os aparelhos classificados no subitem 8571.19.10 e no item 8517.19.9, salvo os termi-

nais dedicados de centrais privadas de comutação (NCM 8517);

6. microfones e seus suportes, alto-falantes, mesmo montados nos seus receptáculos; fones de ouvido, mesmo combinados com um microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes; amplificadores elétricos de audiofrequência; aparelhos elétricos de amplificação de som (NCM 8518); aparelhos de gravação de som; aparelhos de reprodução de som; aparelhos de gravação e de reprodução de som (NCM 8519);

7. discos, fitas, dispositivos de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, “cartões inteligentes” (“smart cards”) e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, mesmo gravados, incluídos as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos (NCM 8523);

8. aparelhos transmissores (emissores) para radio-difusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som, câmeras de televisão, câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo; aparelhos transmissores (emissores) com aparelho receptor incorporado baseados em técnica digital (NCM 8525); receptores pessoais de radiomensagens - “pager” (NCM 8527.90.1);

9. outros receptores-decodificadores integrados (IRD) de sinais digitalizados de vídeo codificados (NCM 8528.71.19); outros aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou reprodução de som ou de imagens, não concebidos para incorporar um dispositivo de visualização (“visual display”) ou uma tela de vídeo (NCM 8528.71.90); partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das subposições 8525 (NCM 8529);

10. aparelhos digitais de sinalização acústica ou visual, exceto os aparelhos residenciais (NCM 8531);

11. condensadores elétricos próprios para montagem em superfície - SMD (NCM 8532.21.10, 8532.23.10, 8532.24.10, 8532.25.10, 8532.29.10 e 8532.30.10); resistências elétricas próprias para montagem em superfície - SMD (NCM 8533); circuitos impressos multicamadas e circuitos impressos flexíveis multicamadas, próprios para as máquinas, aparelhos, equipamentos e dispositivos constantes neste item (NCM 8534.00.00); interruptor, seccionador, comutador e codificador digitais (NCM 8536.50); conectores para circuito impresso (NCM 8536.90.40); comando numérico computadorizado (NCM 8537.10.1); controlador programável (NCM 8537.10.20); controlador de demanda de energia elétrica (NCM 8537.10.30);

12. diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou painéis; diodos emissores de luz; cristais piezelétricos montados (NCM 8541); circuitos integrados e microconjuntos, eletrônicos (NCM 8542); máquinas e

aparelhos elétricos com funções próprias, não especificados nem compreendidos em outras posições (NCM 8543);

13. fios, cabos (incluídos ou cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras óticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão (NCM 8544); cabos de fibras óticas (NCM 8544.70); fibras óticas (NCM 9001.10.1); feixes e cabos de fibras óticas (NCM 9001.10.20); dispositivos de cristais líquidos - LCD (NCM 9013.80.10);

14. instrumentos e aparelhos digitais para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária (NCM 9018); aparelhos digitais de mecanoterapia; de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia; aparelhos digitais respiratórios de reanimação e outros aparelhos digitais de terapia respiratória (NCM 9019);

III - alíquota de vinte e cinco por cento (25%) nas operações com:

a) armas e munições, suas partes e acessórios (NCM Capítulo 93);

b) balões e dirigíveis; planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor (NCM 8801.00.00);

c) embarcações de esporte e de recreio (NCM 8903);

d) energia elétrica destinada à eletrificação rural;

e) peleteria e suas obras e peleteria artificial (NCM Capítulo 43);

f) perfumes e cosméticos (NCM: 3303; 3304; 3305, exceto 3305.10.00; e 3307, exceto 3307.20);

IV - alíquota de vinte e oito por cento (28%) nas operações com:

a) gasolina, exceto para aviação;

b) álcool anidro para fins combustíveis;

V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviço de comunicação e nas operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);

VI - alíquota de dezoito por cento (18%) nas operações com os demais bens e mercadorias.

§ 1º Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste estado;

II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

III - das prestações de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste estado;

IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada, desde que não contribuinte do imposto.

§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea “t” do inciso II deste artigo independerá da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:

I - no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador;

II - na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.

§ 3º Para efeito do disposto na parte final do inciso II do parágrafo 2º, é condição que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro estado, pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses da respectiva entrada, circunstância que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.

§ 4º O não cumprimento da condição, tratada no parágrafo 3º, ensejará a cobrança, do estabelecimento adquirente, do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso VI do *caput* e aquela tratada na alínea “t” do inciso II do *caput*, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.

§ 5º O disposto nos parágrafos 3º e 4º aplica-se a veículos automóveis de passageiros (NCM 8703) e veículos comerciais leves com capacidade de carga de até 5 t (NCM 87704), e não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

II - fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 15:

“Parágrafo Único. Na saída de mercadoria para a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a respectiva alíquota interestadual.”

III - a alínea “b” do parágrafo 6º do artigo 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) consumida no processo de industrialização, inclusive no depósito, armazenagem, entrepostagem, secagem e beneficiamento de matéria-prima.”

Art. 2º De acordo com o disposto no artigo 2º da Lei Complementar 107, de 11/01/05, fica autorizado o Poder Executivo a reduzir a carga tributária dos bens e mercadorias sujeitos a alíquota superior a doze por cento, até este limite.

Art. 3º Esta lei vigorará a partir do primeiro mês sub-

seqüente ao decurso de noventa (90) dias da data de sua publicação.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:		
I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:		
Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:	Art. 14. As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:	
I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da administração federal, estadual ou municipal;	III - alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com: a) alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas internas à órgãos da administração federal, estadual ou municipal.	junta alínea no inciso pois há apenas uma alínea; no mérito, exclui "internas", porque não há como limitar a alíquota de 7% apenas às vendas internas, pois na saída para outros estados com destino a consumidor final não contribuinte de ICMS também aplica-se a alíquota das operações internas.
II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:	II - alíquota de 12%(doze por cento) para as operações e prestações com o seguintes bens, mercadorias e serviços: I) serviços de transporte;	serviços de transporte fica no inciso pois é o único serviço; especificar que é intermunicipal pois este artigo 14 trata aopoenas das alíquotas internas
a) animais vivos;	a) animais vivos;	igual

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
b) hortifrutigranjeiros e agropecuários, em estado natural; casulos do bicho-da-seda; semens, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;	g) os seguintes produtos avícolas e agropecuários, desde que em estado natural: 1. abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, aipo, alcachofra, alecrim, alface, alfavaca, alfazema, algodão em caroço, almeirão, alpiste, amendoim, aneto, anis, araruta, arroz, arruda, aspargo, aveia, azedim; 2. batata, bata-doce, beringela, bertalha, beterraba, beterrada de açúcar, brócolis, brotos de feijão, brotos de samambaia, brotos de bambu; 3. cacateira, cambuquira, camomila, cana-de-açúcar, cará, cardo, carnes e miúdos comestíveis frescos, resfriados ou congelados, de bovinos, suínos, caprinos, ovinos, coelhos e aves, casulos do bicho-da-seda, catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, centeio, cevada, chá em folhas, chicória, chuchu, coentro, cogumelo, colza, comuinho, couve, couve-flor; 4. endivia, erva-cidreira, erva-de-santa maria, erva-doce, ervilha, escarola, espinafre; 5. feijão, folhas usadas na alimentação humana, frutas frescas, fumo em folha, funcho; 6. gengibre, gergelim, girassol, gobo, grão-de-bico; 7. hortelã; 8. inhame; 9. jiló; 10. leite, lenha, lentilha, losna, 11. macaxeira, madeira em toras, mamona, mandioca, manjerição, manjerona, maxixe, milho em espiga e em grãos, morango, mostarda; 12. nabo e nabiça; 13. ovos de aves; 14. palmito, peixes frescos, resfriados ou congelados, pepino, pimentão, pimenta; 15. quiabo; 16. rabanete, raiz-forte, rami em broto, repolho, repolho-chinês, rúcula, ruibarbo; 17. salsão, salsa, segurelha, sorgo; 18. taioba, tampala, tomate, tomilho, tremoço, trigo; 19. vagem;	novidade; a proposta tem alcance muito mais abrangente que o atual; por ex., de avícolas para hortifrutigranjeiros; na forma, é desnecessário listar os produtos, pois todos os hortifrutigranjeiros e agropecuários, em estado natural passam para alíquota de 12%; ao listar corre-se o risco de omitir algum produto; apenas foi necessário especificar casulos do bicho-da-seda; semens, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos, pois já são sujeitos a alíquota de 12% e não ficam acolhidos na terminologia do inciso
	j) semens, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;	
c) alimentos, sucos de frutas (NCM 2009) e água de coco	c) farinha de trigo; e) massas alimentícias classificadas na posição 1902 da NBM/SH, desde que não consumidas no próprio local; h) produtos classificados na posição 1905 da NBM/SH; parágrafo 4º A alíquota prevista no inciso II aplica-se às operações com leite UHT (ultra high temperature), acondicionado em embalagem longa vida, classificado na posição 0401 da NBM/SH.	Novidade; muito mais abrangente que o regime atual; na forma, foi necessário especificar sucos de frutas (NCM 2009) e água de coco para evitar dúvidas, pois são produtos do grupo “bebidas” segundo algumas classificações
d) rações, farinhas, farelos, tortas e resíduos destinados à alimentação animal ou utilizados na sua fabricação;		Novo; muitos produtos deste grupo usufruem de carga tributária efetiva de ICMS inferior a 12%

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
e) refeições industriais (NCM 2106.90.90) e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes, bem como fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do artigo 2º, exceto o fornecimento ou a saída de bebidas;	i) refeições industriais classificadas no código 2106.90.0500 da NBM/SH e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes, bem como fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do artigo 2º desta lei, excetuado o fornecimento ou a saída de bebidas.	apenas adaptação de redação
f) fármacos, medicamentos, drogas, soros e vacinas, inclusive veterinários; cápsulas vazias para medicamentos;	h) produtos classificados na posição 1905 da NBM/SH	Novo; apenas “cápsulas vazias para medicamentos” já é 12% (inciso “h”)
g) de higiene pessoal e limpeza;		Novo
1. xampus (NCM 3305.10.00)		
2. dentifrícios (NCM 3306.10.00);		
3. desodorantes corporais e antiperspirantes (NCM 3307.20);		
4. papel higiênico (NCM 4818.10.00);		
5. absorventes e tampões higiênicos, fraldas para bebês e geriátricas e artigos higiênicos semelhantes (NCM 4818.40);		
6. escovas de dentes (NCM 9603.21.00);		
h) calçados, tecidos, artefatos de tecidos, artigos de cama, mesa e banho, e artigos de vestuário, inclusive roupas íntimas e de banho, camisolas e pijamas, gravatas, meias, luvas, lenços, xales, echarpes, cachecóis, mantilhas e véus;		Novo
i) sacolas ecológicas		Novo
j) de uso doméstico;		Novo
1. artigos para serviço de mesa ou de cozinha, de plástico, madeira, porcelana, cerâmica e vidro (NCM 3924.10.00, 4419.00.00, 6911.10, 6912.00.00 e 7013.10.00 a 7013.49.00); talheres (NCM 8211.10.00, 8211.91.00, 8211.92.10 e NCM 82.15); panelas;		
2. fogões de cozinha (NCM 7321), fornos de microondas (NCM 8516.50.00) e outros fogões de cozinha, fogareiros, grelhas e assadeiras (NCM 8516.60.000);		
3. refrigeradores e combinações de refrigeradores e congeladores (freezers), munidos de portas exteriores separadas (NCM 8418.10.00 e 8418.2);		

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
4. aparelhos eletromecânicos de motor elétrico incorporado (NCM 8509) e outros aparelhos eletrotérmicos (NCM 8516.7);		
5. máquinas de lavar roupa (NCM 8450.1) e secadores de roupa (NCM 8421.12.10), com capacidade expressa em peso de roupa seca não superior a 10kg e a 6 kg, respectivamente;		
6. balanças (NCM 8423.10.00), máquinas de costura (NCM 8452.10.00) e ferros elétricos de passar (NCM 8516.40.00);		
7. aspirador, de potência não superior a 1.500w e cujo volume do reservatório não exceda 20 litros (NCM 8508.11.00);		
8. chuveiros e duchas;		
k) assentos (NCM 9401); móveis (NCM 9403); suportes elásticos para camas (NCM 9404.10) e colchões (NCM 9404.2);	p) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias; assentos (9401); móveis (9403); suportes elásticos para camas (9404.10) e colchões (9404.2).	adaptação da redação atual
l) destinados à construção civil:		cria inciso para organizar produtos deste grupo
1. areia, argila, saibro, pedra brita, brita graduada e pedra marruada;		Novo; os produtos integram a cesta básica paranaense; mas a alíquota legal é 18%
2. tijolo, telha, tubo e manilha, de argila ou barro;	m) tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado argila ou barro como matéria-prima;	adaptação e resumo da redação atual
3. telhas e lajes planas pré-fabricadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, de cimento, de concreto, ou de pedra artificial, mesmo armadas;	z-A) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM/SH: blocos de concreto, telhas e lajes planas pré-fabricadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, classificados nos códigos 6810.11.0000, 6810.19.0200, 6810.91.9900 e 6810.99.9900.	adaptação e resumo da redação atual
4. cal (NCM 2522), calcário (NCM 2521.00.00) e gesso (NCM 2520.20);	b) calcário e gesso; s) produto classificado na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: códigos 2522.10.00, 2522.20.00 e 2522.30.00 (cal destinada à construção civil).	adaptação e resumo da redação atual
5. blocos e tijolos (NCM 6810.11.00);	Parágrafo 8º A alíquota prevista no inciso II aplica-se às operações com blocos e tijolos para construção, classificados no código 6810.11.00 da NCM.	adaptação e resumo da redação atual
6. ladrilhos e placas de cerâmica (NCM 6907 e 6908);	x) ladrilhos e placas de cerâmica classificados nos códigos 6907 e 6908 da NBM/SH.	adaptação e resumo da redação atual

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
7. pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica (NCM 6910.10.00 e 6910.90.00);	v) pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica, classificados no código 6910.10.00 e 6910.90.00; da Nomenclatura Comum do Mercosul NCM;	adaptação e resumo da redação atual
m) madeiras e suas obras;		
1. lenha (NCM 4401.10.00);	g) os seguintes produtos avícolas e agropecuários, desde que em estado natural: (...) lenha	adaptação da redação atual
2. madeira em bruto (NCM 4403 e 4404)	g) os seguintes produtos avícolas e agropecuários, desde que em estado natural: (...) madeira em toras	Novidade; adaptação da redação atual e aumenta grau de abrangência dos produtos
3. painéis de fibras ou de partículas e painéis semelhantes, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos (NCM 4410 e 4411);	q) produtos classificados classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: Código 4410 (painéis de partículas e painéis semelhantes de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos) e 4411 (painéis de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos);	adaptação e resumo da redação atual
4. madeira compensada (contraplacada), folheada, e madeiras estratificadas semelhantes (NCM 4412); madeira densificada, em blocos, pranchas, lâminas ou perfis (NCM 4413);		Novo
5. molduras de madeira (NCM 4414); caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, carretéis para cabos, paletes simples, paletes-caixas e outros estrados para carga e taipais de paletes (NCM 4415); barris, cubas, balsas, dornas, selhas e outras obras de tanoeiro e respectivas partes de madeira, incluídas as aduelas (NCM 4416); ferrementas, armações e cabos, de ferrementas, de escovas e de vassouras; formas, alargadeira e esticadores, para calçados (NCM 4417); obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados (shingles e shakes) (NCM 4418)		Novo

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
n) plásticos e suas obras:	f) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: Código 3909.50.29 (blocos de espuma); 3916.20.00 (perfis de polímeros de cloreto de vinila); 3917 (tubos e seus acessórios); 3920 (outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares); e 3923 (artigos de transporte ou de embalagem, de plásticos; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivo para fechar recipientes de plásticos;	cria inciso para organizar os produtos deste grupo
1. blocos de espuma (NCM 3909.50.29);		
2. perfis de polímeros de cloreto de vinila (NCM 3916.20.00);		
3. tubos e seus acessórios (NCM 3917);		
4. outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas de plásticos não alveolares (NCM 3920);		
5. artigos de transporte ou de embalagem; folha, tampas, cápsula e outros dispositivos para fechar recipientes (NCM 3923);		
o) combustíveis		cria inciso e organiza a redação atual
1. gasolina de aviação (NCM 2710.11.51)	t) gasolinha de avião (avgas).	
2. óleo diesel (NCM 2710.19.21);	f) óleo diesel (código NCM 2710.19.21), biodiesel (código NCM 3824.90.29), mistura óleo diesel/biodiesel (código NCM 2710.19.21), gás de refinaria (NCM 2711.29.90), gás liquefeito de petróleo (código NCM 2711.19.10) e gás natural (código NCM 2711.21.00);	
3. mistura óleo diesel/biodiesel (NCM 2710.19.21);		
4. gás liquefeito de petróleo (NCM 2711.19.10);		
5. gás natural (NCM 2711.11.00 e 2711.21.00);		
6. gás de refinaria (NCM 2711.29.90);		
7. biodiesel (NCM 3824.90.29);		
p) máquinas, implementos, tratores e microtratores, agropecuários e agrícolas (NCM 8201, 8424.81, 8432, 8436, 8437 e 8701);	n) tratores, microtratores, máquinas e implementos agropecuários e agrícolas classificados nos códigos, posições ou subposições 8701.10.0100, 8791.90.0100, 8701.90.0200, 8201, 8424.81, 8432, 8436 e 8437 da NBM/SH;	adaptação da redação atual, compatibilização de NBM para NCM
q) máquinas e aparelhos industriais, exceto peças e partes (NCM 8417 e 8422, 8424, 8434 e 8435, 8438 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515);	d) máquinas e aparelhos industriais (exceto peças e partes), classificados nas posições 8417 a 8422, 8424, 8434 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515 da NBM/SH	adaptação da redação atual; compatibilização de NBM para NCM
r) empilhadeiras (NCM 8427.1019, 8427.2010 e 8427.2090), trator de esteira (NCM 8429.1190), rolo compactador (NCM 8429.4000), motoniveladoras (NCM 8429.2090), carregadeiras (NCM 8429.51.9), escavadeira hidráulica (NCM 8429.5290) e retroescavadeiras (NCM 8429.5900);	z) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: retroescavadeira (8429.5900), carregadeiras (8429.51.90 - 8429.5199), motoniveladoras (8429.2090), empilhadeiras (8427.1019, 8427.2010 e 8427.2090), escavadeira hidráulica (8429.5209), trator de esteira (8429.1190) e rolo compactador (8429.4000).	adaptação da redação

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
s) elevadores e monta-cargas (NCM 8428.10) escadas e tapetes rolantes (NCM 8428.40), partes de elevadores (NCM 8431.31), eixos, exceto de transmissão e suas partes (NCM 8708.5 e outros reboques e semi-reboques, para transporte de mercadoria (NCM 8716.3);	u) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: reboques e semi-reboques (8716.3900), eixos, exceto de transmissão e suas partes (8708.60, elevadores e monta-cargas (8428.10), escada e tapetes rolantes (8428.40) e partes de elevadores (8431.31);	adaptação da redação
t) veículos automotores novos e peças para veículos automotores inclusive para veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, quando a operação seja realizada sob regime de sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte:	o) veículos automotores novos, classificados nos códigos 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8702.90.0000, 8703.21.9900, 8703.22.0101, 8703.22.0199, 8703.22.0201, 8703.22.0299, 8703.22.0400, 8703.22.0501, 8703.22.0599, 8703.22.9900, 8703.23.0101, 8703.23.0199, 8703.23.0201, 8703.23.0299, 8703.23.0301, 8703.23.0399, 8703.23.0401, 8703.23.0499, 8703.23.0500, 8703.23.0700, 8703.23.1001, 8703.23.1002, 8703.23.1099, 8703.23.9900, 8703.24.0101, 8703.24.0199, 8703.24.0201, 8703.24.0299, 8703.24.0300, 8703.24.0500, 8703.24.0801, 8703.24.0899, 8703.24.9900, 8703.32.0400, 8703.32.0600, 8703.33.0200, 8703.33.0400, 8703.33.0600, 8703.33.9900, 8704.21.0100, 8704.21.0200, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.31.0200, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.02.00 e na posição 8711, da NBM/SH, quando a operação seja realizada sob o regime de sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo;	Novidade em relação às autopeças; adaptação e resumo da redação; a descrição das NBM's não contribui pois os códigos foram extintos em 31/12/96; não foi possível compatibilizar para NCM com segurança
u) independentemente de sujeição passiva por substituição tributária, os veículos classificados na NBM/SH, com o sistema de classificação adotado até 31/12/96: 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200	parágrafo 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea "o" do inciso II deste artigo, independerá da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações: I - em relação aos veículos classificados nos códigos 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200 da NBM/SH;	a redação foi deslocada de parágrafo para inciso; não foi possível compatibilizar de NBM para NCM; é necessário descrever as NBM's pois é uma regra de exceção

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
v) da indústria de automação e eletrônica;	z-B) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM/SH no código e especificação abaixo:	cria inciso para organizar os produtos do grupo; no mérito não muda, mas a redação foi organizada, resumida e as NCMs foram compatibilizadas pois sofreram alterações
1. bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes para extração ou reciclagem, com ventilador incorporado, mesmo filtrantes (NCM 8414);	8414 Bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes para extração ou reciclagem, com ventilador incorporado, mesmo filtrantes.	
2. máquinas e aparelhos de impressão por meio de blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 8442; outras impressoras, máquinas copiadoras e telecopiadoras (fax), mesmo combinados entre si; partes e acessórios (NBM 8443);	8443 - Máquinas e aparelhos de impressão por meio de blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 84.42; outras impressoras, máquinas copiadoras e telecopiadoras (fax), mesmo combinados entre si; partes e acessórios.	
3. máquinas de calcular programáveis pelo usuário e dotadas de aplicações especializadas; máquinas de calcular, eletrônicas (NCM 8470.2); caixa registradora eletrônica (NCM 8470.50.1); máquinas, equipamentos e suas unidades baseadas em técnicas digitais próprias para aplicações em automação de serviços (NCM 8472.90.10, 8472.90.2, 8472.90.30, 8472.90.5 e 8472.90.9; partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a máquinas e aparelhos da subposição 8470.2, do item 8470.50.1, da posição 8471, dos subitens 8472.90.10, 8472.90.30 e 8472.90.90, e dos itens 8472.90.2 e 8472.90.5 desde que tais máquinas e aparelhos estejam relacionados nesta alínea (NCM 8473); partes e acessórios das máquinas da posição 8471 (NCM 8473.30); outros (NCM 8473.30.19);	8470.2 - Máquinas de calcular programáveis pelo usuário e dotadas de aplicações especializadas; 8470.50.1 - caixa registradora eletrônica; 8472.90.10; máquinas, equipamentos e suas unidades baseadas em técnicas digitais próprias para aplicações em automações em automação de serviços; 8472.90.2, 8472.90.30, 8472.90.5 e 8472.90.90; 8473 - partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a máquinas e aparelhos da subposição 8470.2, do item 8470.50.1, da posição 84.71, dos subitens 8472.90.10, 8472.90.30 e 8472.90.90, e dos itens 8472.90.2 e 8472.90.5 desde que tais máquinas e aparelhos estejam relacionados neste anexo.; 8473.30 - partes e acessórios das máquinas da posição 8471 exceto 8473.3041 e 8473.3041; 8473.30.19 - outros;	
4. motores de passo (NCM 8501.10.1; transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de alta indução (NCM 8504);	8501.10.1 - motores de passo 8504 - transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de alta indução.	

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
5. aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia, por fios e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; aparelhos telefônicos por fio, conjugados com aparelho telefônico sem fio, que incorporem controle por técnicas digitais, do subitem 8517.11.00, exceto os aparelhos classificados no subitem 8517.19.10 e no item 8517.19.9, salvo os terminais dedicados de centrais privadas de comutação (NCM 8517);	85.17 - aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia, por fios e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; aparelhos telefônicos por fio, conjugados com aparelho telefônico sem fio, que incorporem controle por técnicas digitais, do subitem 8517.11.00, exceto os aparelhos classificados no subitem 8517.19.10 e no item 8517.19.9, salvo os terminais dedicados de centrais privadas de comutação	
6. microfones e seus suportes, alto-falantes, mesmo montados nos seus receptáculos; fones de ouvido, mesmo combinados com um microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes; amplificadores elétricos de audiofrequência; aparelhos elétricos de amplificação de som (NCM 8518); aparelhos de gravação de som; aparelhos de reprodução de som; aparelhos de gravação e de reprodução de som (NCM 8519);	8518 - microfones e seus suportes, alto-falantes, mesmo montados nos seus receptáculos; fones de ouvido, mesmo combinados com um microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes; amplificadores elétricos de audiofrequência; aparelhos elétricos de amplificação de som.; 8519 - aparelhos de gravação de som; aparelhos de reprodução de som; aparelhos de gravação e de reprodução de som.	
7. discos, fitas dispositivos de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, cartões inteligentes (smart cards) e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, mesmo gravados, incluídos as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos (NCM 8523);	8523 - discos, fitas dispositivos de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, cartões inteligentes (smart cards) e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, mesmo gravados, incluídos as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de disco.	
8. aparelho transmissores (emissores) para radiodifusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som; câmeras de televisão, câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo; aparelhos transmissores (emissores com aparelho receptor incorporado baseados em técnica digital (NCM 8525); receptores pessoais de radiomensagens - pager (NCM8527.90.1);	8525 - aparelho transmissores (emissores) para radiodifusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som; câmeras de televisão, câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo; 8525.10 - Aparelhos transmissores (emissores) e aparelhos transmissores (emissores) com aparelhos receptor incorporado baseados em técnica digital; 8525.20 - aparelhos transmissores (emissores) e aparelhos transmissores (emissores) com aparelho receptor incorporado baseados em técnica digital; 8527.90.1 - receptores pessoais de radiomensagens (Pager)	

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
9. outros receptores-decodificadores integrados (IRD) de sinais digitalizados de vídeo codificados (NCM 8528.71.19); outros aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou reprodução de som ou de imagens, não concedidos para incorporar um dispositivo de visualização (visual display) ou uma tela da vídeo (NCM 8528.71.90); partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das subposições 8525 (NCM 8529);	8528.71.19 - monitores e projetores, que não incorporem aparelho receptor de televisão; aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens. Receptor-decodificador integrado (IRD) de sinais digitalizados de vídeo codificados. Outros; 8528.71.19 - monitores e projetores, que não incorporem aparelho receptor de televisão; aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens. Outros; 85.29 - partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das subposições 8525.10 e 8525.20	
10. aparelhos digitais de sinalização acústica ou visual, exceto os aparelhos residenciais (NCM 8531);	85.31 - aparelhos digitais de sinalização acústica ou visual, exceto os aparelhos residenciais;	
11. condensadores elétricos próprios para montagem em superfície - SMD (NCM 8532.21.10, 8532.23.10, 8532.24.10, 8532.25.10, 8532.29.10 e 8532.30.10); resistência elétricas próprias para montagem em superfície - SMD (NCM 8533); circuitos impressos multicamadas e circuitos impressos flexíveis multicamadas, próprios para as máquinas, aparelhos, equipamentos e dispositivos constantes neste item (NCM 8534.00.00); interruptor, seccionador, comutador e codificador digitais (NCM 8536.50); conectores para circuito impresso (NCM 8536.90.40); comando numérico computadorizado (NCM 8537.10.1); controlador programável (NCM 8537.10.20); controlador de demanda de energia elétrica (NCM 8537.10.30);	8532.21.10 - condensadores elétricos próprios para montagem em superfície - SMD; 8532.23.10, 8532.24.10, 8532.25.10, 8532.29.10; 8532.30.10; 8533 - resistências elétricas próprias para montagem em superfície - SMD; 8534.00.00; circuitos impressos multicamadas e circuitos impressos flexíveis multicamadas, próprios para as máquinas, aparelhos, equipamentos e dispositivos constantes no Anexo .; 8536.50 - interruptor, seccionador, comutador e codificador digitais; 8536.90.40 - conectores para circuito impresso; 8537.10.1 - comando numérico computadorizado; 8537.10.20 - controlador programável; 8537.10.30 - controlador de demanda de energia elétrica	
12. diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou painéis; diodos emissores de luz; cristais piezelétricos montados (NCM 8541); circuitos integrados e microconjuntos, eletrônicos (NCM 8542); máquinas e aparelhos elétricos com funções próprias, não especificados nem compreendidos em outras posições (NCM 8543);	85.41 - diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou painéis; diodos emissores de luz; cristais piezelétricos montados; 85.42 - circuitos integrados e microconjuntos, eletrônicos; 8543 - máquinas e aparelhos elétricos com funções próprias, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo.	

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
13. fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras óticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão (NCM 8544); cabos de fibras óticas (NCM 8544.70); fibras óticas (NCM 9001.10.1); feixes e cabos de fibras óticas (NCM 9001.10.20); dispositivos de cristais líquidos - LCD (NCM 9013.80.10);	8544 - fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras óticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão.; 8544.70.10 - cabos de fibras óticas com revestimento externo de material dielétrico; 8544.70.20 - Cabos de fibras óticas com revestimento externo de aço, próprios para instalação submarina; 8544.70.30 - cabos de fibras óticas com revestimento externo de alumínio; 8544.70.90 - outros cabos de fibras óticas; 9001.10.1 - fibras óticas; 9001.10.20 - feixes e cabos de fibras óticas; 9013.80.10 - dispositivos de cristais líquidos - (LCD)	
14. instrumentos e aparelhos digitais para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária (NCM 9018); aparelhos digitais de mecanoterapia; de oozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia; aparelhos digitais respiratórios de reanimação e outros aparelhos digitais de terapia respiratória (NCM 9019);	90.18 - Instrumentos e aparelhos digitais para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária; 90.19 - Aparelhos digitais de mecanoterapia; de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia; aparelhos digitais respiratórios de reanimação e outros aparelhos digitais de terapia respiratória.	
III - alíquota de vinte e cinco por cento (25%) nas operações com:	I - alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:	não há nenhuma prestação de serviço com alíquota de 25%, então não deve constar na redação do inciso; adaptação de redação e compatibilização de NBM para NCM
a) armas e munições, suas partes e acessórios (NCM Capítulo 93);	b) armas e munições, suas partes e acessórios classificados no capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;	
b) balões e dirigíveis; planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor (NCM 8801.00.00);	c) asas-delta, balões e dirigíveis classificados nos códigos 8801.10.0200 e 8801.90.0100 da NBM/SH	
d) embarcações de esporte e de recreio (NCM 8903);	e) embarcações de esporte e de recreio classificadas na posição 8903 da NBM/SH;	
e) energia elétrica destinada à eletrificação rural;	f) energia elétrica à eletrificação rural.	
e) peleteria e suas obras e peleteria artificial (NCM Capítulo 43);	i) peleteria e suas obras e peleteria artificial classificadas no capítulo 43 da NBM/SH;	
f) perfumes e cosméticos (NCM: 3303; 3304; 3305, exceto 3305.10.00; e 3307, exceto 3307.20);	j) perfumes e cosméticos classificados nas posições 3303, 3304, 3305 e 3307 da NBM/SH;	

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
IV - alíquota de vinte e oito por cento (28%) nas operações com:	V - alíquota de 26% (vinte e seis por cento para as operações com:	aumenta alíquota em dois pontos percentuais
a) gasolina, exceto para aviação;	a) gasolina;	
b) álcool anidro para fins combustíveis;	b) álcool anidro para fins combustíveis;	
V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviço de comunicação e nas operações com:	VI - alíquota de 27% (vinte e sete por cento) para operações e prestações com:	aumenta alíquota em dois pontos percentuais;
a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;	a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;	adaptação de redução; só há uma prestação de
b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);	d) fumos e sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;	serviço (de comunicação) então deve constar no inciso;
c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);	c) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;	
VI - alíquota de dezoito por cento (18%) nas operações com os demais bens e mercadorias.	IV - alíquotas de 18% (dezoito por cento) para os demais serviços, bens e mercadorias.	não há nenhuma prestação de serviço com alíquota de 18%, então não deve constar no inciso
§1º entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:	§ 1º entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:	igual
I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste estado;	I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste estado;	igual
II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;	II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;	igual
III - das prestações de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste estado;	III - da prestação de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste estado;	correção ortográfica
IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada, desde que não contribuinte do imposto.	IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada, desde que não contribuinte do imposto.	igual
§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea "t" do inciso II deste artigo, independe da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:	§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea "o" do inciso II deste artigo, independe da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:	altera remissão
	I - em relação aos veículos classificados nos códigos 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200 da NBM/SH;	este inciso foi deslocado para a alínea "u" da alíquota de 12%

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
I - no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador;	II - no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador;	apenas renumera
II - na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.	III - na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.	apenas renumera
§ 3º Para efeito do disposto na parte final do inciso II do parágrafo 2º, é condição que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro estado, pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses da respectiva entrada, circunstância que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.	§ 5º Para efeito do disposto na parte final do inciso II do parágrafo 2º, é condição que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro estado, pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses da respectiva entrada, circunstância que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.	renumera e altera remissões
§ 4º O não cumprimento da condição, tratada no parágrafo 3º, ensejará a cobrança, do estabelecimento adquirente, do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso VI do caput e aquela tratada na alínea “t” do inciso II do caput, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.	§ 6º O não cumprimento da condição, tratada no parágrafo 5º, ensejará a cobrança, do estabelecimento adquirente, do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso VI deste artigo e aquela tratada na alínea “o” do inciso II do caput, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.	renumera e altera remissões
§ 5º O disposto nos parágrafos 3º e 4º aplica-se a veículos automóveis de passageiros (NCM 8703) e veículos comerciais leves com capacidade de carga de até 5 t (NCM 8704), e não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.	§ 7º O disposto nos parágrafos 5º e 6º deste artigo aplica-se a veículos automóveis de passageiros, classificados nos códigos NBM/SH 87.03, e veículos comerciais leves com capacidade de até carga de até 5 t, classificados nos códigos NBM/SH 87.04, e não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.	remunera, altera remissões e compatibiliza NCM
II - fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 15:	§1º entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:	
“Parágrafo Único. Na saída de mercadoria para a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a respectiva alíquota interestadual.”	§ 3º Na saída interestadual de mercadoria para a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a alíquota interestadual.	desloca o dispositivo ao artigo 14 para o artigo 15, pois o assunto que diz respeito à alíquota interestadual e não à interna
III - a alínea “b” do parágrafo 6º do artigo 24 passa a vigorar com a seguinte redação:		

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigos 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO I - COMPARATIVO COMPLETO - REGIME ATUAL E ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS E ESCLARECIMENTOS
“b) consumida no processo de industrialização, inclusive no depósito, armazenagem, entrepostagem, secagem e beneficiamento de matéria-prima.”	“b) consumida no processo de industrialização;	amplia o alcance da possibilidade para apropriação de crédito

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigo 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO II - COMPARATIVO RESUMIDO DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS DE ESCLARECIMENTOS
II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias:		
b) hortifrutigranjeiros e agropecuários, em estado natural, casulos do bicho-da-seda; semens. embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;	g) os seguintes produtos avícolas e agropecuário, desde que em estado natural: [.....]	novidade; bem mais abrangente que o regime atual; todos os “hortifrutigranjeiros e agropecuários, em estado natural” passam para alíquota de 12% em contrapartida ao regime atual (lista de produtos)
c) alimentos, sucos de frutas (NCM 2009) e água de coco	c) farinha de trigo; e) massas alimentícias [...] h) produtos classificados na posição 1905 da NBM/SH; parágrafo 4º [...] leite UHT [...];	Novidade; muito mais abrangente que o regime atual
d) rações, farinhas, farelos, tortas e resíduos destinados à alimentação animal ou utilizadas na sua fabricação;		Novo; muitos produtos deste grupo tenham carga tributária efetiva de ICMS inferior a 12% em virtude de benefícios fiscais.
f) fármacos, medicamentos, drogas, soros e vacinas, inclusive veterinários; cápsulas vazias para medicamentos;		Novo; apenas “cápsulas vazias para medicamentos” já é 12%
g) higiene pessoal e limpeza:		Novo
1. xampus (NCM 3305.10.00)		
2. dentifrícios (NCM 3306.10.00);		
3. desodorantes corporais e antiperspirantes (NCM 3307.20);		
4. papel higiênico (NCM 4818.10.00);		
5. absorventes e tampões higiênicos, fraldas para bebês e geriátricas e artigos higiênicos semelhantes (NCM 4818.40);		
6. escovas de dentes (NCM 9603.21.00);		
h) calçados, tecidos, artefatos de tecido, artigos de cama, mesa e banho, e artigos de vestuário, inclusive roupas íntimas e de banho, camisola e pijamas, gravatas, meias, luvas, lenços, xales, echarpes, cachecóis, mantilhas e véus;		Novo

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigo 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO II - COMPARATIVO RESUMIDO DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS DE ESCLARECIMENTOS
i) sacolas ecológicas		Novo
j) de uso doméstico;		Novo
1. artigos para serviço de mesa ou de cozinha de plástico, madeira, porcelana, cerâmica e vidro (NCM 3924.10.00, 4419.00.00, 6911.10, 6912.00.00 e 7013.10.00 a 7013.49.00); talheres (NCM 8211.10.00, 8211.91.00, 8211.92.10 e NCM 82.15); panelas;		
2. fogões de cozinha (NCM 7321), fornos de microondas (NCM 8516.50.00) e outros fornos, fogões de cozinha, fogareiros, grelhas e assadeiras (NCM 8516.60.00);		
3. refrigeradores e combinações de refrigeradores e congeladores “(freezers)”, munidos de portas exteriores separadas (NCM 8418.10.00 e 8418.2);		
4. aparelhos eletromecânicos de motor elétrico incorporado (NCM 8509) e outros aparelhos eletrotérmicos (NCM 8516.7);		
5. máquinas de lavar roupa (NCM 8450.1) e secadores de roupa (NCM 8421.12.10) com capacidade expressa em peso de roupa seca não superior a 10kg e a 6 kg, respectivamente;		
6. balanças (NCM 8423.10.00), máquinas de costura (NCM 8452.10.00) e ferros elétricos de passar (NCM 8516.40.00);		
7. aspirador, de potência não superior a 1.500W e cujo volume do reservatório não exceda 20 litros (NCM 8508.11.00);		
8. chuveiros e duchas;		
m) madeiras e suas obras:		
2. madeira em bruto (NCM 4403 e 4404)	g) os seguintes produtos avícolas e argropecuários, desde que em estado natural: [...] madeira em toras	Novo; apenas madeiras em toras já é 12%
4. madeira compensada (contraplacada), folheada, e madeiras estratificadas semelhantes (NCM 4412); madeira “densificada”, em blocos, pranchas, lâminas ou perfis (NCM 4413);		Novo

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO ICMS DO PARANÁ - Artigo 14 e 15 da Lei nº 11580/96
ANEXO II - COMPARATIVO RESUMIDO DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

ANTEPROJETO DE LEI	LEI Nº 11580/96	NOTAS DE ESCLARECIMENTOS
5. Molduras de madeira (NCM 4414); caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, carretéis para cabos, paletes simples, paletes-caixas e outros estrados para carga e taipais de paletes (NCM 4415); barris, cubas, balsas, dornas, selhas e outras obras de tanoeiro e respectivas partes de madeira, incluídas as aduelas (NCM 4416); ferramentas, armações e cabos, de ferramentas, de escovas e de vassouras; formas, alargadeira e esticadores, para calçados (NCM 4417); obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados (“shingles” e “shakes”) (NCM 4418);		Novo
t) veículos automotores novos e peças para veículos automotores inclusive para veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, quando a operação seja realizada sob regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;	o) veículos automotores novos, classificados nos códigos [...], quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo;	novidade em relação às autopeças
VI - alíquota de vinte e oito por cento (28%) nas operações com:	V - alíquota de 26% (vinte e seis por cento) para as operações com:	aumenta alíquota em dois pontos percentuais
a) gasolina, exceto para aviação;	a) gasolina;	
b) álcool anidro para fins combustíveis;	b) álcool anidro para fins combustíveis;	
V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviço de comunicação e nas operações com:	VI - alíquota de 27% (vinte e sete por cento) para operações e prestações com:	aumenta alíquota em dois pontos percentuais
a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;	a) energia elétrica, exceto a destinada a eletrificação rural;	
b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);	d) fumos e sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;	
c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);	c) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;	
III - a alínea “b” do parágrafo 6º do artigo 24 passa a vigorar com a seguinte redação:		
“b) consumida no processo de industrialização, inclusive no depósito, armazenagem, armazenagem, armazenagem e beneficiamento de matéria-prima.”	“b) consumida no processo de industrialização;/	amplia o alcance da possibilidade para apropriação de crédito

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 230/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã, no município de Querência do Norte.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Cultura a construção de uma Biblioteca Cidadã no município de Querência do Norte pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No município de Querência do Norte reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condição de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros. Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Querência do Norte, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 231/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a implantação do Sistema de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU no município de Paranavaí.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a implantação do Sistema de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU no município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Paranavaí atende a todos os critérios exigidos para a implantação do Sistema de Atendi-

mento Móvel de Urgência - SAMU. O principal deles - ter mais de 50 mil habitantes na cidade - é cumprido com folga, porquanto segundo o último censo do IBGE realizado na cidade, Paranavaí tinha 75 mil 750 habitantes.

Desnecessário alinhar aqui todos os fatores que tornam urgente a implantação desse serviço no município de Paranavaí. Basta salientar que, desde a realização desse censo no ano 2000, a população aumentou significativamente, pois, Paranavaí é cidade-pólo na região noroeste e, portanto, atrai, cada vez mais, moradores de baixa-renda, sem planos de saúde e cuja assistência médico-hospitalar de urgência é precária, sobretudo nas cidades circunvizinhas e distritos pertencentes a esse município.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando a implantação do SAMU em Paranavaí, medida que, pelas razões acima referidas, constituirá a mais lúdima realização de justiça social para os habitantes dessa cidade e de toda a região pertencente a seu entorno.

INDICAÇÃO Nº 232/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Nova Aliança do Ivaí.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Nova Aliança do Ivaí de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Nova Aliança do Ivaí tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Nova Aliança do Ivaí tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Nova Aliança do Ivaí possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Nova Aliança do Ivaí.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos

pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 233/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Nova Londrina.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Nova Londrina de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Nova Londrina tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Nova Londrina tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Nova Londrina possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Nova Londrina.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 234/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Mirador.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Mirador de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Mirador tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Mirador tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Mirador possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Mirador.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 235/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Marilena.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Marilena de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Marilena tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Marilena tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Marilena possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Marilena.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 236/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Inajá.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Inajá de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Inajá tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Inajá tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Inajá possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Inajá.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 237/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Guairacá.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Guairacá de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Guairacá tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública

que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Guairacá tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Guairacá possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde Guairacá.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 238/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Diamante do Norte.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Diamante do Norte de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Diamante do Norte tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Diamante do Norte tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Diamante do Norte possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Diamante do Norte.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 239/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica

da Saúde da Mulher e da Criança no município de Alto Paraná.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Alto Paraná de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Alto Paraná tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Alto Paraná tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Alto Paraná possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde de Alto Paraná.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 240/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Mandaguaçu.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Mandaguaçu de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Mandaguaçu tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Mandaguaçu tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de

construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Mandaguaçu possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde Mandaguaçu.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 241/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Carlos Gomes, no município de São João do Caiuá.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Carlos Gomes, no município de São João do Caiuá, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de São João do Caiuá tem no Colégio Estadual Carlos Gomes referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Estadual Carlos Gomes.

INDICAÇÃO Nº 242/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Querência do Norte.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Que-

rência do Norte de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Querência do Norte tem tido atuação destacada na área da saúde, esfera da administração pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Querência do Norte tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Querência do Norte possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, as quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 07 do mês corrente, por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 07 do mês corrente, por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Kikue Sugisawa, do lar, com 74 (setenta e quatro) anos de idade, no último dia 1º de outubro, na cidade de Curitiba.

A Sra. Kikue Sugisawa, deixa viúvo o Dr. Saburo Sugisawa e 03 (três) filhos: Dra. Mari Sugisawa, Kay, Dr.

Mário Sugisawa e a Dra. Sandra Sugisawa Miyazaki. Deixa ainda uma nora, dois genros e seis netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Manoel Duarte de Souza.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 04/10/08, faleceu nesta Capital, o Sr. Manoel Duarte de Souza, com 67 anos de idade, deixou viúva Dona Nilza Silva de Souza, deixou ainda cinco filhos e treze netos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite, pois, dileto amigo Manoel Duarte de Souza, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Souza, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Antonio Olinto pela comemoração, no próximo dia 24 de outubro, de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Cleomar Machiavelli, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Rogério Milléo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná,

recebam e cumprimentem a laboriosa população de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejamos compartilhar da alegria de toda a população de Antonio Olinto pela comemoração, no próximo dia 24/10/08, de seus 47 anos de emancipação política, formulamos votos de constante progresso.

Bem sabemos que o compromisso da atual administração é trabalhar para fazer cumprir o seu papel gestor garantindo o desenvolvimento da cidade, e bem-estar e a qualidade de vida da população.

Antonio Olinto tem sua história marcada pela disposição de um povo que dia-a-dia constrói e amplia os horizontes de suas oportunidades com suas forças e sempre auxiliado por Deus.

As conquistas alcançadas pelo município, em parceria com o Governo Estadual dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que se conseguirá o seu engrandecimento.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se orgulhoso em parabenizar a população de Antonio Olinto, pelo transcurso da festiva data comemorativa aos 47 anos de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2499

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Deputado Federal Ricardo Barros, Presidente Estadual do Partido Progressista, enviando voto de congratulações pela sua condução do Partido Progressista no estado nas Eleições 2008.

O Partido Progressista elegeu 38 Prefeitos e 314 Vereadores.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito Silvio Magalhães Barros II, e ao Vice-Prefeito Carlos Roberto Pupin, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição ao cargo de Prefeito de Maringá.

O Prefeito recebeu 104 mil e 820 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2501

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito Beto Richa e ao Vice-Prefeito Luciano Ducci, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição ao cargo de Prefeito de Curitiba.

O Prefeito recebeu 778 mil 514 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2502

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Juliano Borghetti, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Curitiba.

O Vereador recebeu 4 mil e 801 votos e merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Pedro Sergio Mileski pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que V. Sa., desempenhará uma boa gestão frente a Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Geraldo Maurício de Araújo pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que V. Sa., desempenhará uma boa gestão frente a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Antonio Galdino França Junior pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que Vossa Senhoria, desempenhará

uma boa gestão frente a Prefeitura Municipal de Rio Azul.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2521

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Devanir Martinelli pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que Vossa Senhoria, desempenhará uma boa gestão frente a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Ademir Manfron, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Curitiba.

O Vereador recebeu 10 mil e 180 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Pedro Gilmar Nogueira pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que V. Sa., juntamente com os demais eleitos, desempenharão uma boa gestão frente a Câmara Municipal de Araucária.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2525

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Adriana Cocci pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convic-

ção que V. Sa., juntamente com os demais eleitos, desempenharão uma boa gestão frente a Câmara Municipal de Araucária.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Alex Luiz Nogueira pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que V. Sa., juntamente com os demais eleitos, desempenharão uma boa gestão frente a Câmara Municipal de Araucária.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a José Roberto dos Santos - Roberto Aciolli pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que V. Sa., juntamente com os demais eleitos, desempenharão uma boa gestão frente a Câmara Municipal de Araucária.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2528

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Aladim Luciano pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que V. Sa., juntamente com os demais eleitos, desempenharão uma boa gestão frente a Câmara Municipal de Araucária.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2529

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após

ouvido o duto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Rui Sergio Alves de Souza pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que V. Sa., juntamente com os demais eleitos, desempenharão uma boa gestão frente a Câmara Municipal de Araucária.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERRREIRA

REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Ismael Cantador pela conquista alcançada no último dia 05 de outubro. Tenho a convicção que V. Sa., juntamente com os demais eleitos, desempenharão uma boa gestão frente a Câmara Municipal de Araucária.

Desejo muito sucesso, coloco meu gabinete à disposição.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) ROSANE FERRREIRA

REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tissot, solicitando a promoção de uma vistoria na curva próxima à ponte do Rio Água Branca, na Rodovia PR-180, trecho Goioerê/Moreira Sales, objetivando a realização de uma medida eficiente para reduzir o número de acidentes que ocorrem freqüentemente nesta curva.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Enézio Ferreira Lima, da Câmara Municipal de Goioerê/PR.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A presente vistoria visa mostrar a realidade do problema que ao longo dos anos vem ceifando vidas e deixando dezenas de feridos. Já foram realizadas algumas medidas no intuito de reduzir os acidentes neste trecho rodoviário, com a instalação de redutores de velocidade, entretanto não surtiu efeito. Portanto, se faz necessário um estudo técnico no sentido de precisar quais seriam as possíveis soluções para reduzir o perigo de acidentes.

REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Itamar Ribeiro, Diretor Geral da ECT - Empresa de Correios

e Telégrafos do Paraná, solicitando providências para contratação de funcionários no município de Colombo, tendo em vista que o município possui mais de 240 mil habitantes e mais de 50 mil domicílios e conta com apenas 60 funcionários, gerando constantes atrasos na distribuição de correspondência, ocasionando reclamações e prejuízos para a população.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) EDSON STRAPASSON

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 400/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o Programa de Prevenção, Controle e Orientação da Osteoporose.

Art. 2º O referido Programa será colocado em prática sob a coordenação da Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 3º À Secretaria de Estado de Saúde caberá a criação de seminários para a prevenção, o controle e a orientação sobre a problemática da osteoporose, assim como a divulgação de serviços específicos para o atendimento dessa patologia.

Art. 4º Na terceira semana do mês de outubro de cada ano será realizada a Semana de Prevenção, Controle e Orientação da Osteoporose, com o intuito de estabelecer um marco para a abordagem da doença e, ainda para a divulgação das políticas públicas desenvolvidas no decorrer do ano sobre o assunto.

Art. 5º A Semana de Prevenção, Controle e Orientação da Osteoporose compreenderá a realização de seminários, ciclos, palestras, vídeos e demais ações educativas.

Art. 6º Caberá à Secretaria Estadual de Saúde coordenar a realização dos eventos na Semana de Prevenção, Controle e Orientação da Osteoporose.

Parágrafo Único. Para a realização da Semana de Prevenção, Controle e Orientação da Osteoporose as Coordenadorias cabíveis poderão celebrar convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas que atuem ou tenham comprometimento com a questão da osteoporose.

Art. 7º À Secretaria de Estado da Saúde competirá a criação de grupos multidisciplinares de apoio aos portadores com osteoporose e seus familiares.

Parágrafo Único. Os grupos de apoio funcionarão nas unidades básicas de saúde da rede municipal de saúde, nos ambulatorios dos hospitais da rede estadual de saúde e nos hospitais e clínicas conveniadas à Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 8º Os grupos de apoio aos portadores com osteoporose tem como objetivo:

I - assegurar aos enfermos a assistência médica e os acompanhamentos.

II - esclarecer dúvidas sobre os cuidados com a osteoporose, saúde do paciente, cuidados com alimentação, locomoção, risco de fraturas, exames, entre outros cuidados;

III - auxiliar as famílias no relacionamento com os portadores de osteoporose.

Art. 9º Caberá à Secretaria Estadual da Saúde a criação de núcleos de prevenção, controle e orientação da osteoporose, que atuarão nas comunidades com o intuito de discutir os fatores que resultam em alto risco, como:

I - menopausa precoce (antes dos 45);

II - história familiar de fraturas em mulheres mais idosas;

III - etnia caucasiana/asiática;

IV - baixa ingestão de cálcio;

V - baixa estatura ou baixo peso;

VI - consumo de álcool em excesso;

VII - estilo de vida sedentário;

VIII - fumo;

IX - uso de corticóides.

Art. 10. Os núcleos realizarão em parceria com os grupos de apoio a discussão e divulgação dos tratamentos existentes e disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), para o combate e prevenção à osteoporose junto aos programas e projetos sociais desenvolvidos no âmbito desta secretaria.

Art. 11. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa criar o Programa de Prevenção, Controle e Orientação da Osteoporose.

O dia 20 de outubro é considerado o Dia Mundial da Osteoporose.

A osteoporose é uma doença silenciosa que aos poucos fragiliza os ossos; e, já é considerada caso de Saúde Pública para a população que já passou dos 50 anos de idade. As estatísticas oficiais mostram que depois dessa faixa etária, 01 em cada 03 mulheres e 01 em cada 05 homens apresentarão uma fratura relacionada à osteoporose.

Por isso, é importante que a população seja informada dos males causados por esta doença. E, para prevenir os riscos da evolução, é necessário que seja feito o diagnóstico precoce, pois o médico poderá estabelecer o

tratamento adequado ao paciente, que poderá implicar na mudança de hábitos alimentares, na prática de atividades físicas regulares e até na tomada de medicamentos.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a provação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 401/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná - HOESP, com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/10/08.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná - HOESP, uma entidade sem fins lucrativos, vem oferecendo serviços hospitalar, ambulatorial, laboratorial e centro de diagnóstico, bem como, desenvolvendo programas de prevenção à doença e promoção à saúde, promovendo serviços voluntários e assistência social.

Sendo referência na 20ª Regional de Saúde, a HOESP atende diversas especialidades com a proposta de qualidade, ampliando os serviços de assistência social na área da Saúde, gerando interação empresa escola, estágio nos cursos técnico, pós-médio e superior, organizando atendimento a pessoas na terceira idade.

Trata-se de uma entidade de caráter beneficente, com personalidade jurídica de direito civil, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 06.958.776/0001-03, e pela sua importância e representatividade é merecedora ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com muito prazer que volto à tribuna desta Casa e me reapresento ao serviço de Parlamentar, mas não sem antes fazer um balanço da campanha eleitoral à qual fui candidato em Foz do Iguaçu. Da mesma maneira que entrei, saí do processo. Com certeza aquela máxima que

você disputando eleições nunca perde, é verdadeira. Pude perceber, ao contrário do que dizem alguns pensadores da política, que esta Casa, os Deputados que concorreram, perderam porque este Poder está em desgaste, que conseguimos ter um excelente resultado, elegemos o maior número de Vereadores na cidade de Foz do Iguaçu simplesmente com a postura que sempre tivemos nesta Casa e sempre tivemos na vida pública, uma postura de coerência, de independência e, acima de tudo, de propósitos.

É difícil, sim, enfrentar uma campanha tendo uma máquina cujo Prefeito ia à reeleição, do outro lado um candidato que tinha o apoio do Governo do Estado, mas com respeito conseguimos mostrar que uma boa camada iguaçuense queria mudança.

Não foi possível a vitória, mas para nós o resultado foi muito gratificante, até porque plantamos um novo grupo político na cidade de Foz do Iguaçu e também conseguimos não desamparar os companheiros. Conseguimos eleger mais de 10 Prefeitos que apoiamos, não só na região central do estado, mas também no sudoeste e no oeste do Paraná, o que demonstra que é possível, sim, como Parlamentares, colocarmos a nossa bandeira, principalmente quando acreditamos. Pior do que uma derrota é não ter postura na vida pública, e nós tivemos essa postura, defendemos os nossos ideais, respeitamos o resultado e torcemos para que o vitorioso consiga fazer aquilo que prometeu para a população e o que o consagrou nas urnas.

Mas, quero dizer que me reapresento nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o propósito de continuar o trabalho que fiz aqui, tanto no primeiro mandato, quanto neste, um trabalho técnico, prova disso é que hoje recebi do 1º Secretário uma cópia da mensagem do Governo, Deputado Romanelli, V. Exa. que é Líder, e me propus, juntamente com o Presidente da CCJ, tentar aperfeiçoar, porque inclusive fui indagado agora há pouco pela imprensa quanto à argumentação da Oposição e do Governo. O Governo fala que vai diminuir a carga tributária, e a Oposição que vai aumentar a arrecadação. Os dois têm razão. O Governo pretende diminuir a carga tributária, principalmente daqueles que são menos favorecidos, mas a Oposição tem razão que com esse pacote vai aumentar a arrecadação, porque alguns bens que eles estão aumentando a tributação, a arrecadação é bem maior daqueles que está diminuindo. Acho que não existe nada de imoral nisso, nem tampouco de ilegal, desde que haja transparência, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que é Vice-Líder da Oposição.

Eu me proponho, juntamente com o Presidente da CCJ e com todos os demais Deputados, a encontrar um ponto de equilíbrio para que ganhem aqueles que precisam diminuir a carga tributária e assista à razão a manifestação de vontade do Governo, mas também que a Oposição consiga levar a transparência à população, dizendo que em alguns aspectos vai aumentar, que não existe margem. E se possível aumentar o menos que for necessário, para que

principalmente em virtude dessa crise que domina o mundo, e certamente chegará no Brasil e no nosso estado, não faça com que o setor produtivo seja impedido de alavancar e gerar empregos.

Agradecer o apoio que tive, mesmo à distância, da maioria dos Parlamentares desta Casa, com mensagens de estímulo, dizer que saio com o sentimento do dever cumprido e com a cabeça erguida, principalmente em relação aos propósitos. Aquelas pessoas que acreditaram em mim, com certeza não perderam o voto. Votaram em uma mudança, que continuará existindo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra à segunda oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero inicialmente cumprimentar a todos os Parlamentares que concorreram a uma vaga no Poder Executivo em seus municípios.

De uma maneira especial cumprimentar, embora não estejam no plenário, as mulheres Deputadas Rosane e Cida, que também disputaram as eleições municipais. Elas não foram eleitas, mas acho muito importante as mulheres participarem.

Tivemos uma grande participação feminina disputando o Executivo, em um total de 84 mulheres. Esse número é muito bom, porque se vê que as mulheres estão quebrando um pouco o tabu da sua participação na política. Falo isso porque vemos que há algum tempo a mulher vem participando nos campos econômico e social. Mas no campo político há um tabu muito grande quanto à participação feminina. Dessas 84 mulheres que disputaram as eleições municipais, 25 foram eleitas. Dessas 25, quatro Prefeitas são mulheres do Partido dos Trabalhadores.

Consideramos um saldo bem positivo e bom. O PT no estado do Paraná tinha 29 Prefeituras, agora elegemos 31. Embora não tenhamos crescido muito em número de Prefeituras, também não perdemos. Elegemos 36 Vice-Prefeitos, 290 Vereadores. O importante é que o nosso partido não perdeu e vem ganhando, mesmo lentamente, nos Vereadores e nas Prefeituras.

No Brasil tivemos um saldo positivo muito grande, o que nos deixa muito felizes, porque agora no primeiro turno conseguimos eleger 547 Prefeitos, ganhamos 547 Prefeituras, 13 dessas são das maiores cidades do Brasil. Estamos disputando em mais 15 maiores cidades. Ganhamos em seis capitais e estamos disputando em mais três. Acho que esse é um saldo bastante positivo. Tivemos um crescimento de 13% na eleição de Vereadores. Em 2004 elegemos 3 mil 679 Vereadores. Agora fechamos com um quadro de 4 mil 166 Vereadores.

Posso dizer que esse quadro está muito relacionado ao bom Governo que o Presidente Lula vem fazendo. E também da nossa militância, dos nossos companheiros e companheiras que disputaram as eleições, seja para as majoritárias ou seja para o Poder Legislativo. Conseguiram levar as suas propostas, com toda a certeza, não só as suas propostas, mas o projeto que temos em sociedade. Vejo como saldo muito positivo as eleições deste ano, embora no Paraná o PT diminuiu a sua votação nas grandes cidades. Perdemos na questão de número de votos nas grandes cidades, mas o importante é que em número de Prefeituras e de Vereadores o PT cresceu.

Também tivemos o Prefeito reeleito do sudoeste, de Realeza, que obteve o maior percentual de toda história aqui do Paraná, conseguiu 83% dos votos.

Quero parabenizar a todos os Deputados que também concorreram e dizer hoje, ainda como Presidente do Partido dos Trabalhadores no estado do Paraná, posso dizer que o saldo poderia ser melhor, mas ganhamos em número de Prefeituras e de Vereadores também conseguimos elevar.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo a esta tribuna no dia de hoje, porque me parece que há um fato que está acontecendo que vai certamente nos atingir. Ouvia há pouco o Deputado Reni, e os senhores que são empresários sabem que estamos atravessando uma crise mundial como nunca foi vista. Talvez uma crise sem precedentes na nossa história e que talvez, dentro de muito pouco tempo, estejamos ocupando esta tribuna muito mais para discutirmos essa crise do que qualquer outro assunto. Acho que o processo eleitoral foi extremamente importante. Agora vamos precisar nos debruçar aqui no Estado do Paraná sobre algumas situações que os nossos fundos de previdência vão ter com esse processo que está acontecendo.

Vi alguns dados agora a respeito do que aconteceu em Wall Street, a Rua do Muro, que foi feito quando os holandeses estavam e depois derrubado o muro, depois da volta dos ingleses. Interessante é que hoje os Estados Unidos está colocando um pacote de mais de US\$ 700 bilhões sem que consiga debelar a crise. Cinco por cento do PIB americano já foi colocado nessa que talvez seja a maior surpresa desses últimos anos, pela sua magnitude. Isso significa, Deputado Anibelli, todo o gasto do petróleo consumido nos Estados Unidos durante um ano está sendo apenas para se tentar segurar essa crise neste momento.

Hoje mais um grande banco americano também foi considerado falido.

Tivemos aqui no Brasil duas grande empresas que já colocaram como prejuízo a Aracruz Celulose e a Sadia, com prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão em poucas semanas. As Bolsas de Valores, de modo geral, já perderam cerca de US\$ 5 trilhões, desvalorização. E o que chamo a atenção, temos no mundo, hoje, cerca de 4 bilhões de pessoas vivendo na linha da pobreza, entre a miséria e a pobreza, com cerca de US\$ 2 por dia. Bastaria esses US\$ 700 bilhões colocados agora para tentar debelar a crise nos últimos dias, para acabar com a pobreza no mundo.

Entretanto isso nunca foi pensado, nunca foi dado como importância, porque o neoliberalismo sempre falou que o mercado regularia tudo, o mercado daria conta de tudo. E esse mercado, que quando sempre insistimos que não poderíamos fazer as privatizações da forma como foram feitas, inclusive no Governo Fernando Henrique, no Governo Lerner, foram feitas de uma forma a tornar o estado um estado mínimo, um estado que não estivesse presente em praticamente nada, hoje estamos vendo que a falta do estado é tão grande que faz com que países como os Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, recorram ao Estado para poder tentar salvar o seu sistema financeiro. E sabemos que isso aqui no Brasil não será diferente. Não teremos no Brasil uma ilha a salvo de toda essa tempestade que vem por aí.

E o que me deixa preocupado, Deputado Anibelli, recentemente, antes das eleições, inclusive falamos, e era essa a proposta do Deputado Elio Rusch, que nós faríamos aqui um seminário para debater o ParanaPrevidência, que me parece oportuno. Hoje, mais do que debater o ParanaPrevidência, acho que temos que fazer um esforço para tentar entender o que está acontecendo com os fundos de previdência no mundo todo, obviamente no Brasil, mas principalmente no Paraná, porque muitos, muitos, centenas de milhares de pessoas, milhões de pessoas deixarão de ter condições de receber suas aposentadorias, num prazo muito mais curto do que imaginamos, por conta de todo esse processo que está acontecendo.

Então, sabemos que hoje, em princípio, achamos que é um problema localizado nos Estados Unidos, na Ásia, ou mesmo na Europa. Na verdade não é, e aqueles que trabalham minimamente com economia sabem que a economia globalizada, da forma como ela é, não adianta esperar que a China, como muitos acharam que a China salvaria esse processo neoliberal, porque à medida em que os Estados Unidos deixar de comprar da China, a China deixará de comprar do Brasil e assim por diante, e teremos problemas.

Sabemos que continuamos sendo um país que basicamente é exportador de commodities. Essas commodities, ao se desvalorizarem, ainda que o dólar esteja valorizado, trarão um grande problema para o Brasil todo. Espero que não tragam na dimensão que estamos vendo no mundo inteiro, mas teremos um problema equivalente porque somos uma economia ainda frágil e, sem

dúvida nenhuma, ao termos esse problema, ele se revelará também no nossos fundos de pensão, que poderão deixar, talvez, pessoas, depois de 10, 15, 20 anos, numa situação muito difícil.

Por isso, Srs. Deputados, acho que o momento é extremamente oportuno para que coloquemos definitivamente na pauta, na Ordem do Dia, o debate sobre os fundos de pensão que temos aqui no Paraná e sabermos quais as medidas que podemos tomar para minimizar o prejuízo que certamente todos terão.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eram estas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, colegas Deputados, em especial o Deputado Tadeu Veneri que estava falando agora sobre a crise da globalização.

Deputado Tadeu, o que eu sinto mais não é só isso. O que eu sinto mais é que, de novo, não é só a crise do neoliberalismo que temos. Voltamos a uma coisa muito ruim, que é mais forte do que nunca, que é a privatização do estado, onde o estado financia os banqueiros. Acho que é um dado que passou talvez de maneira superficial por sua avaliação, sei que você concorda comigo, é que voltamos ao modelo de estado dos anos 30, o modelo keynesiano, só que em vez de gerar desemprego, os recursos são passados aos grandes bancos, o que me parece uma saída que aprofunda a crise do capitalismo, aumenta a miséria, mas também não cria nenhum problema ao capitalismo, o que faz com que o capitalismo continue vivo e forte como sempre, infelizmente.

Mas queria aqui voltar às coisas menores do nosso país, além da importância do seu assunto, Deputado. É sobre as eleições. Já que todos estão fazendo uma avaliação, tivemos a experiência também de disputar as eleições em Maringá. Foi uma eleição bastante interessante, acho que aprendemos muito, uma disputa eleitoral bastante interessante, acho que aprendemos muito, uma disputa eleitoral sempre nos ensina a conhecer mais a cidade, a conhecer mais as pessoas, nos ensina que o posicionamento ideológico é cada dia mais importante. Confesso que foi a avaliação que fizemos juntos do nosso partido, que a nossa derrota, que a derrota do candidato do Partido dos Trabalhadores de Maringá, deve-se em especial ao Presidente Lula. Ele é o culpado da nossa derrota. Até porque, Deputado Batista, nunca na história daquela cidade tanto dinheiro do Governo Federal foi repassado àquela população, em obras, em saneamento básico. A população satisfeita com os investimentos do Governo Federal perguntou: "Mas por que vou mudar?" Isso fez com que houvesse a continuidade. Sem dúvida nenhuma o mérito de quem se reeleger.

Temos que reconhecer, Deputada Cida Borghetti, que foi uma derrota política, uma candidatura política e ficamos e 2º lugar, com 21,85% dos votos. Achamos, dentro desse cenário, que é um resultado bastante satisfatório. No quadro das grandes cidades onde o PT participou, o melhor quadro percentual de votos, que nos deixa muito satisfeitos e agradecidos, foi à população maringaense.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer aos colegas Parlamentares que a experiência de ser Parlamentar por tão pouco tempo, que foi alguns meses antes, a experiência parlamentar foi muito interessante. Mas hoje tive a oportunidade de conversar com o Governador Requião, ele me convidou para que voltasse a ser Secretário de Estado de Planejamento do Paraná. Foi um convite que fiquei lisonjeado, aceitei esse convite. Já tinha comunicado o meu partido que caso fosse convidado, aceitaria.

Quero aqui agradecer a parceria com todos vocês. Foi uma honra muito grande trabalhar com vocês. Espero que possa ficar até o final do Governo Requião, dependendo da relação do PT com o PMDB. Lógico que como homem do partido, estarei sempre ligado ao que meu partido determinar.

Por isso, foi um prazer ter esse período com você, Deputado Romanelli, com a sua base, como o nosso Líder, foi um prazer contribuir para a Assembléia, espero contribuir para o meu estado do Paraná, agora por mais algum tempo como Secretário de Estado do Planejamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem a Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Apenas para parabenizar o Deputado Enio Verri, que disputou as eleições em Maringá pelo Partido dos Trabalhadores, uma campanha bonita que o Deputado Dr. Batista e os dois puderam bravamente travar, onde o Prefeito reeleito, o primeiro Prefeito da história na cidade de Maringá foi reeleito, mas os dois Parlamentares aqui fizeram uma campanha bonita, propostas interessantes, modernas, inovadoras para a cidade de Maringá, e obtiveram índice importante de aprovação junto à população maringaense.

Quero parabenizar o nosso Deputado Enio Verri, que mais uma vez, convidado pelo Governador Requião, assume uma pasta importante junto ao Governo do Estado. Parabéns Enio Verri, pela sua passagem pela disputa à Prefeitura de Maringá, uma campanha bonita, importante, decente, uma campanha que honrou o PT, uma campanha onde falei há semanas atrás, a campanha passa e nós ficamos. Moramos naquela cidade, criamos os nossos filhos, geramos empregos, estamos todos aqui trabalhando a favor de um Paraná melhor, legislamos todos a favor de um Paraná mais justo e melhor.

Parabéns ao Dr. Batista, ao Deputado Enio Verri e também ao Deputado Nishimori, que teve a sua esposa como candidata a Vice-Prefeita do PMDB.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa associa-se a manifestação da Deputada Cida Borghetti, desejando sucesso ao Deputado Enio Verri frente à Secretaria de Planejamento, que sem dúvida nenhuma esta Casa vai sentir a sua falta de novo.

Mas, sucesso Deputado.

Passa-se ao Grande Expediente.

Horário das Lideranças:

Horários das Lideranças: PT, PSDB, PDT, PMDB, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Logicamente que após as eleições as mais variadas interpretações nós temos visto. Inclusive nos jornais de hoje se fala da votação que o PMDB alcançou nas eleições do dia 5 de outubro. Mas, como é que somaram os votos conquistados pelo PMDB? Pegaram os 138 Prefeitos que nós elegemos, somaram os votos que eles conquistaram nas urnas.

Mas e aqueles outros candidatos do PMDB que disputaram as eleições e não foram vitoriosos? Por exemplo, na cidade do Deputado Durval Amaral, fizemos 16 mil votos que não estão somados com os votos daqueles que venceram. Então, aqui mesmo em Curitiba, apesar de tudo, o PMDB fez quase 20 mil votos. Então, se somando todos os votos conquistados, como na sua cidade, Deputado Dobrandino da Silva, a todos aqueles que conquistamos no Paraná, num universo de 27 partidos, alcançamos a expressiva soma de 20% dos votos.

Então, as coisas para 2010 estão abertas. Logicamente que com o resultado alcançado aqui em Curitiba, o Prefeito Beto Richa se coloca, como falei no dia de ontem, como o pole position, pelo menos teoricamente, para esta campanha de 2010.

Logicamente que outros candidatos serão colocados, inclusive o PMDB abrirá logo uma discussão para colocarmos uma relação de companheiros que pretendemos que possam disputar as eleições de 2010. Portanto, acho que as coisas estão, como não poderia ser de outra maneira, definidas, porque as eleições deixam muitas surpresas para muita gente. Quem é que imaginava, por exemplo, o desempenho que nosso candidato teve, e acredito que terá no segundo turno, em Belo Horizonte, e a subida do Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que na realidade tinha um acordo branquíssimo com o Governador Serra e “fritaram”, cristianizaram o candidato Geraldo Alckmin.

Então, estas coisas todas estão para acontecer. Ninguém ganhou as eleições de 2010, como ninguém perdeu.

Agora, gostaria também, lembrando Tolstoi, “aquele que canta a sua aldeia é universal”, tenho presenciado e visto em todos os jornais referências às vitórias do PMDB. Mas nunca vi nenhuma referência à vitória que nós tivemos, por exemplo, na cidade de Arapongas, um dos municípios mais importantes deste estado, município que eu presidi administrativamente por três vezes. Fui eleito três vezes Prefeito do município de Arapongas.

E agora tivemos a reeleição do Luís Roberto Pugliesi, que fez uma boa administração e colheu nas urnas o resultado que todos nós esperávamos. Mas não vi nenhuma referência, logicamente até por desconhecimento, muitas vezes, que têm em relação àquela cidade, que tem uma universidade, tem o segundo pólo movoleiro de todo o país e um dos principais pólos movoleiros de toda a América Latina, e eu vivi o nascimento desses parques industriais, porque nasceu no tempo em que eu era Vereador em um distrito industrial muito pequeno e logo após, quando fui à Prefeitura pela primeira vez, desencadeei todo esse processo de industrialização. Então, é uma cidade que tem mais de 100 mil habitantes, é uma das principais cidades que temos no Paraná na questão de arrecadação de impostos, e gostaria de registrar aqui a satisfação que tenho pela presença do atual Prefeito que se reelege no meu município e certamente terá todas as condições para fazer uma bela administração.

Agora, eleição é isso: os embates são travados, vemos a tristeza, muitas vezes, no rosto de tantos e tantos companheiros e, em contrapartida, a alegria desmedida nas almas e nos corações de todos os outros. E lamentamos, por exemplo, aqui mesmo tivemos duas companheiras que concorreram às eleições e acredito que a Deputada Beti Pavin e a Deputada Rosane Ferreira deram uma expressiva contribuição para a discussão das políticas públicas que devem ser implantadas nos seus municípios. Quantos outros companheiros queridos que gostaríamos que pudessem ter vencido as eleições. Mas é assim mesmo, porque em eleição não existe empate, pois nós ganhamos ou perdemos as eleições.

Agora, nós do PMDB mostramos não só aqui no Paraná, mas em todo o Brasil, que estamos vivos, somos o partido que mais elegeu Prefeitos em todo o Brasil, aqui no Paraná elegemos o maior número de Prefeitos e Prefeitas, elegemos o maior número de Vereadores às Câmaras Municipais e temos 101 Vice-Prefeitos que foram eleitos nas últimas eleições, temos 138 Prefeitos e temos 752 Vereadores. Então, foi uma presença fortíssima e eu, pessoalmente, me alegrei com a vitória de tantos e tantos companheiros e companheiras, mas fiquei triste, por exemplo, em perder em alguns municípios por irrisória quantia de votos, e não adianta querer arrumar desculpas nem nada, mas em determinados municípios os nossos candidatos foram esmagados pelo poder econômico. O que aconteceu, por exemplo, em cidades como Bom Sucesso ou Rio Bom?

São pequenos municípios, mas são parcelas expressivas daquilo que existe na alma dos paranaenses. Agora, todas as eleições, no meu entendimento, são saltos de qualidade que podemos dar. As questões foram levantadas, estão sendo discutidas e certamente nós do PMDB estaremos muito presentes nas próximas eleições, dando mais uma vez a nossa contribuição, que sempre foi dada em todos os embates eleitorais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há alguns dias se comentava no estado do Paraná que o Governador do Estado iria enviar uma mensagem aqui para a Assembleia Legislativa, propondo uma reforma tributária. E na Sessão de hoje foi lido, determinada a sua leitura pelo Presidente Nelson Justus, e oficialmente a mensagem chega a esta Casa. Lógico que nós, tomando conhecimento no dia de hoje, e a mensagem na verdade é bem extensa, tanto o projeto de lei como a mensagem que acompanha o mesmo, não poderíamos chegar na Sessão de hoje e já fazer uma avaliação definitiva em relação a essa reforma tributária. Mas o que deveremos fazer, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, é um estudo aprofundado em relação a essa reforma tributária.

Sabemos, e a sociedade do Brasil inteiro, ela está cansada de pagar tributos, taxas, e cada vez mais aumenta a carga tributária para o contribuinte. E a mensagem que o Governador manda para a Assembleia Legislativa tem que ser muito bem analisada e muito bem avaliada. Por que eu digo isso? Porque em alguns itens o Governo institui, através dessa mensagem, a redução da alíquota de 18 para 12%, em alguns produtos; em outros me parece que reduz a alíquota ainda mais que 12%. Mas por outro lado o Governador também eleva a alíquota do ICMS sobre determinados produtos. Mas qual é o impacto que efetivamente isso vai trazer? Está na mensagem que o impacto financeiro, ou aquilo que o Governo deixa de arrecadar, ou aquilo que ele vai arrecadar a mais, Srs. Deputados. E aí que eu digo que merece um estudo aprofundado.

Num primeiro momento já quero dizer que o Governador, no meu entender, quando ele manda a mensagem, ele diz que essa reforma tributária é para beneficiar as classes C, D e E, que no meu entender não corresponde com a verdade. Por que não, Srs. Parlamentares? Porque a energia elétrica, a telefonia, o combustível, também é usado pela classe C, D e E. E aí alguém diz: "Olha, sobre a energia elétrica aumenta-se 2%". Não, não é verdade, aumenta-se em 2% a alíquota do ICMS. Se nós pegarmos a mensagem que veio para a

Assembleia Legislativa, aumentando a energia elétrica de 27 para 29%, não se aumenta 2%, se aumenta a alíquota em 2%, mas na verdade, Deputado Tadeu Veneri, se aumenta o ICMS na energia elétrica em 7,4, esse é o aumento real do ICMS sobre a energia elétrica. Serviço de telecomunicações, é o mesmo índice, de 27 para 29, aumenta-se em 7,4%. A gasolina aumenta-se de 26 para 28, aumenta-se não 2%, aumenta-se 2% a alíquota, que no final dá 7.6 de aumento. Fumo e cigarros, aumenta também de 27 para 29, aumenta em 7.4% o ICMS. Cerveja, de 27 para 29, aumenta também 7.4% o ICMS.

Então, quero deixar bem claro que aumentou 2% a alíquota, mas no final dá mais de 7% de aumento de ICMS. Lógico que você vai reduzir o ICMS sobre outros derivados e outros produtos, bens de consumo, eletrodomésticos. A redução do ICMS, proposta pelo Governador do Estado sobre determinados produtos, vai refletir para o consumidor? As empresas vão conceder esses descontos para o consumidor, ou o preço vai permanecer o mesmo? E quem vai lucrar com isso?

Esse é o cuidado que devemos ter aqui nesta Casa. Neste momento, equilíbrio, bom senso e muita cautela antes de votar esse projeto. Pode-se reduzir? Pode-se reduzir sim. Mas por que aumentar? Aí vem a pergunta: esse cálculo feito, esse impacto que veio acompanhado pelo projeto é o real ou não é?

E faço um pedido muito especial ao Líder do Governo, para que não tenhamos pressa para a aprovação dessa mensagem. Faço o mesmo pedido ao Deputado Durval Amaral, que preside a CCJ: muita cautela no momento em que esse projeto for para a Comissão de Finanças. Vamos discutir esse projeto para que não tenhamos que tomar nenhuma medida precipitada.

Em nível nacional já obtivemos uma grande vitória, no final do ano passado, quando se derrubou a CPMF. Mostrou-se para a sociedade do Brasil que a CPMF não era necessária, porque a economia estava aquecida. Houve um superávit em relação à previsão orçamentária. E a mesma coisa fizemos nesta Casa, em dezembro do ano passado, quando impedimos o aumento tarifário do Governador do Estado do Paraná.

Neste momento vamos tomar cuidado. Se dá para reduzir, vamos reduzir. Será que é necessário aumentar o ICMS sobre a energia elétrica? A energia elétrica não é só o rico que consome, o pobre também consome. Vamos ter muito cuidado neste momento em que a Assembleia Legislativa vai começar a discutir a mensagem do Governo do Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Serei breve. Conversei com o Presidente da CCJ e sugerimos que, quando o projeto vier a esta Casa, que a CCJ possa convocar uma audiência pública, para que chamemos todos os segmentos interessados. E tirar essas

dúvidas que V. Exa. coloca. Acho que se fizermos isso, Sr. Presidente, concordo com o Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, teremos tranqüilidade para votar e darmos as respostas para a sociedade. Certamente serão feitas perguntas e deveremos ser cobrados por isso.

Obrigado pelo aparte. Queria só fazer essa consideração. Acho que podemos fazer umas duas comissões e resolver esse problema.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Acatando a sugestão do nobre Deputado Tadeu e de vários outros Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, com aquiescência do nobre Presidente Nelson Justus, a CCJ realizará audiências públicas sobre esse tema com as associações comerciais e industriais de cada cidade. Por sugestão do Deputado Reni Pereira, iniciaremos pela cidade de Foz do Iguaçu. Então, vamos fazer em Foz do Iguaçu, em Cascavel, em Maringá, em Londrina, em Curitiba e em Ponta Grossa.

Vamos discutir esse assunto que é da maior relevância, porque são mais de 95 mil itens que serão desonerados, ou que terão uma redução da carga tributária. Alguns poucos vão ter uma elevação, mas essa elevação é bastante significativa para o bolso do consumidor. Então, vamos realizar essas audiências públicas para saber o que é que os cidadãos do Paraná e os empresários estão pensando sobre essa proposta, que me parece inovadora.

Muito obrigado, nobre Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço aos Parlamentares, tanto o Deputado Tadeu Veneri quanto o Deputado Durval Amaral.

É lógico que nós da Assembléia, neste momento, precisamos ter muito equilíbrio e é importante fazermos essas audiências públicas para que possamos ouvir os comerciantes. Quero deixar uma pergunta no ar, Deputado Durval Amaral: caso este projeto venha a ser aprovado, para redução da alíquota do ICMS, isso efetivamente vai se transformar em desconto para o consumidor?

Deputado Nelson Justus, em nosso primeiro mandato, nós nos elegemos em 1990, de 1990 a 1994 aprovamos aqui na Assembléia Legislativa a redução ou a isenção do pagamento do ICMS sobre a venda a prazo, quer dizer, o comerciante, o consumidor estava pagando ICMS sobre o juro que o consumidor estava pagando lá na compra a prazo. Nós reduzimos e retiramos o ICMS sobre a venda a prazo. Quer dizer, o acréscimo na mercadoria à vista e venda a prazo, mas isso não se transformou em desconto para o consumidor. Aí que fica a pergunta que fizemos: se aprovarmos a mensagem beneficiando os 90 e pouco mil itens, como está elencado na mensagem do Governador do Estado do Paraná, será que vai se transformar em desconto para o consumidor, ou alguém vai ficar com essa fatia?

Uma certeza nós temos, Srs. Parlamentares: do aumento da alíquota do ICMS não tem como escapar. Essa não tem. Sobre energia elétrica, sobre telefone, sobre combustível, essa é tributada efetivamente aí na ponta. Não tem como alguém sonegar. Esse incremento será muito grande para o Governador do Estado do Paraná. Eu não acredito, com todo respeito que tenho ao Governo do Estado, ao Governador, ao Secretário da Fazenda, Sr. Heron Arzua, que é nosso amigo particular, grande técnico, competente, eficiente, mas não acredito nesses números. Acho que o Governador deixa de arrecadar um, mas ele vai arrecadar, no final, dois. Essa é a nossa preocupação. A maior preocupação é de que o consumidor não seja beneficiado.

Quero deixar bem claro, e encerro minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que as classes C, D, e E, ou seja, o pobre também consome energia elétrica, portanto, vai aumentar a energia elétrica para ele. O pobre também usa telefone, o pobre também usa combustível e o pobre também usa outros produtos, outros derivados que vão ter a majoração do ICMS aumentada.

Seria essa a colocação e agradeco aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PP, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Mesa Diretiva dos Trabalhos, Deputado Alysson, Deputado Teruo, Deputados, Deputadas, comitê de imprensa, visitantes e paranaenses que nos dão a honra de acompanhar as Sessões desta Casa, através da TV MERCOSUL e da TV SINAL.

Inicialmente, Presidente Nelson Justus, a nossa preocupação, a nossa intuição indica, que é de V. Exa. também, é com essa crise, com esse reboço no mercado financeiro mundial. Não tenho nenhum dólar, não tenho nenhum euro, não tenho nenhum investimento no exterior e nem no Brasil, mas cada vez que tem uma crise em Bolsa de Valores, até mesmo em outros países e até mesmo do outro lado do mundo, mesmo não conhecendo a fundo como funciona esse mercado financeiro, sinto que não é bom para mim, não é bom para o povo, não é bom para o empresário, não é bom para o rico. E não sendo bom para o empresário, não é bom para o empregado. Não é bom para o rico, não é bom para o pobre também, porque se o empresário entra em crise, a sua empresa quebra, fatalmente vai provocar uma onda de demissões.

Então, o comentário de analistas econômicos, hoje, é de que essa crise, não é que ela poderá atingir o Brasil. Segundo alguns analistas responsáveis, ela já estaria também aqui no Brasil, que é natural, não seria uma exceção, em que pese o esforço do Presidente Lula e de toda a sua equipe. Queira Deus que essa crise não venha causar

grande estrago aqui no Brasil, porque não é provocada em nosso país. Talvez até, quem sabe, seja consequência do mau Governo do Presidente George Bush, de conduzir mal a economia dos Estados Unidos, e como aquele país é a locomotiva do mundo, quando os Estados Unidos se afundam em uma crise, o resto do mundo acaba se afundando junto.

Meu falecido pai sempre me dizia, eu ouvia isso ainda muito garoto, ele dizia: Olha, esse império americano ainda vai acabar". Eu achava até uma besteira do meu pai, uma ignorância dele, e vejo, muitos anos depois, que caminha para um acerto de opinião, de entendimento, de avaliação, do meu pai que era apenas, quase um caboclo, um modesto ferroviário.

Então, Presidente, a nossa torcida é que o Brasil supere essa crise, que o mundo também saia dessa crise, porque, volto a repetir, essa crise vai causar danos no rico, no remediado, no pobre, no empresário, vai causar danos para a classe trabalhadora, vai ser um estrago geral para a população mundial. Que Deus abençoe os dirigentes do mundo inteiro. Vimos ainda hoje os dirigentes de vários bancos centrais tomando medidas de caráter emergencial para conter essa crise que parece vir com grande intensidade. Tomara que os Presidentes dos bancos centrais, que os dirigentes das várias nações, com a cooperação de seus Ministros e assessores, possam encontrar caminhos que levem à solução dessa crise.

Por último, Presidente Nelson Justus, registro aqui a minha solidariedade, minha, de Antonio Belinati, do nosso Líder Duílio Genari, da Bancada do nosso Partido Progressista, aos bancários que começaram hoje uma greve aqui em Curitiba, no centro administrativo do HSBC que, por sinal, é o único banco que eu trabalho, só tenho conta em uma agência bancária do HSBC. A direção desse banco, para burlar a greve, para furar a greve, estava colocando pelo menos dois helicópteros para transportar funcionários importantes para que o centro administrativo do HSBC não sofresse paralisação com a greve dos bancários. Os sindicato foi inteligente, mexeu logo na casca de ferida na sede do HSBC, porque eles entendem que com isso causam uma extensão de paralisação também nas demais agências do HSBC e acaba afetando também os demais bancos.

A nossa solidariedade aos bancários. A nossa crítica aos banqueiros. Os bancários, pelo que entendemos, estão pedindo, Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. que é também um defensor da classe trabalhadora, pelo que vimos a reivindicação dos bancários é de menos de 14% de reposição salarial - não é aumento. Os banqueiros, como sempre munhecas e frios, que só trabalham com lucros de bilhões, estão oferecendo apenas um pouco mais de 7% a título de reposição salarial.

Não tenho nenhuma simpatia por banqueiros, porque parece que grande parte deles tem o capeta no corpo e não tem nenhuma sensibilidade pelos funcionários que ajudam o patrão a ter lucros de bilhões. Esse lucro de bilhões não é por ano e nem a cada 10 anos, é a cada três

ou quatro meses. Eles não têm onde colocar tanto dinheiro, que eles ganham em cima da desgraça e da miséria. Eu diria que é quase uma agiotagem respaldada pelas autoridades governamentais do mundo inteiro. Enquanto eles engordam o seu patrimônio a cada três ou quatro meses em bilhões, metendo a mão, sem dó e sem respeito, nos clientes. A pessoa está apertada, vai ao banco fazer um cheque especial, um "papagaio", tem que comprar ações, aplicar no fundo, aceitar um monte de "bijuteria" que eles empurram junto para o cliente. E se ele não puder pagar, há casos em que o banco toma a casa e até a calça do cliente, sem piedade, sem nenhuma sensibilidade. O banco não quer saber se pagou ou não, se foi por motivo de doença, de desemprego, ou algum atrapalho em sua vida. Ele toma tudo, a casa, o fogão, a geladeira. A Polícia lá, a Justiça anda rápida, rápida demais, quando é para o banqueiro tomar aquilo que o cliente está devendo para o banco.

Temos inúmeros casos relatados pela imprensa, de brasileiros, casos aqui no Paraná, pessoas que emprestaram dinheiro do banco, que não podendo pagar caíram no desespero e acabaram praticando suicídio. Outros não praticam suicídio, mas perdem a cabeça, ficam doentes, passam a viver sob o efeito de remédio, porque tiveram que emprestar dinheiro de banco. Havia um tempo - eu peguei esse tempo, nobre Deputado Antonio Anibelli - que podíamos emprestar, fazer um "papagaio" no banco e dava para pagar dali a seis meses, um ano. tem banco que empresta o dinheiro para pagar no máximo em 60 dias. O juro é tão alto, o cheque especial é um assalto ao nosso povo. Coitado do banco! Pena daqueles que não sabem fazer cálculo ou não ligam para isso e se afundam no cheque especial. Essa é a maior agiotagem, é um assalto dos banqueiros.

Então, neste momento em que os trabalhadores e as trabalhadoras dos bancos estão em greve, a maioria não aderiu ao movimento por medo de perder o emprego, entre apoiar o banqueiro que não quer dar a reposição pedida e ficar solidário aos bancários, tenho certeza da nossa solidariedade total aos bancários. Já vi na prestação de contas de políticos do Paraná, que se elegeram e ganharam aqui no estado, está na prestação de contas deles no Tribunal Superior Eleitoral, que eles foram bancados...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para falar de banqueiro, até o relógio anda mais depressa, Presidente, como também é rápido para eles tirarem o dinheiro do povo.

Então, Presidente, alguns políticos se elegeram, estão no Congresso Nacional e está na prestação de contas deles, que foram bancados, as suas campanhas foram pagas por banqueiros. Agora, pergunto: os banqueiros pagaram a campanha de alguns Deputados para defender

o povo, ou para que eles façam vistas grossas, fechem os olhos e façam de conta que não estão percebendo os juros exorbitantes que esses banqueiros praticam.

Evidentemente que esse nosso pronunciamento muitas vezes não recebe uma linha na imprensa, porque não é culpa do jornalista que cobre esta Casa, não é culpa desses profissionais, veículos de comunicação. Depende da verba desses bancos poderosos, que alimentam muitas rádios, jornais e televisões. Por isso que muitas vezes a crítica ao banqueiro não encontra ressonância.

Fica aqui o nosso registro. Esses políticos que se elegeram financiados pelos banqueiros, estão em Brasília a serviço dos banqueiros e contra os interesses do povo do Paraná. E mais do que nunca, registro portanto a nossa solidariedade aos bancários do Paraná e do Brasil.

Srs. banqueiros, muito mais que colocar helicóptero para furar a greve, estendam a mão aos seus funcionários e dêem a eles a reposição salarial que têm direito por força de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Não posso deixar de responder o discurso proferido pelo Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch. Porque se no início desta Sessão de quarta-feira pude ver e ouvir as palavras do Deputado Reni Pereira, que é, indiscutivelmente, daqueles que temos nesta Casa, ele e o Deputado Durval Amaral são os que, de fato, conhecem profundamente a questão tributária. Quero dizer, Deputado Elio Rusch, pedir sinceramente moderação na sua análise em relação a questão do que envolve a reforma tributária. Digo a V. Exa. o porquê. Porque ouvi as manifestações dos setores empresariais que são amplamente favoráveis, pontualmente pequenas divergências, mas naquilo que é a essência dessa medida tributária, são favoráveis.

Há uma única preocupação, que o benefício da redução do imposto que vai ser para cerca de 95 mil produtos, que estão nas gôndolas dos supermercados, possa efetivamente o preço chegar até o consumidor. Calcula-se que, na formação do preço, a redução da alíquota do ICMS desses produtos vai significar uma redução em torno de R\$ 418 milhões de receita para o estado. Redução de alíquota de 18 para 12%, mantendo as isenções, mantendo para a cesta básica os 7%, ou seja, aquilo que já é benefício fiscal existente fica mantido. Nós vamos é ampliar. E essa redução, segundo os cálculos, e eu vi, ouvi e participei na condição de Líder do Governo na reunião que o Governador Requião promoveu entre o Secretário Heron Arzua, a equipe técnica e os represen-

tantes setoriais, empresariais do estado, eu ouvi as manifestações favoráveis. Qual é efetivamente a análise, Deputado Nelson Justus? É que haverá uma redução de preços entre 6 e 8% do produto no custo final dele, preço de venda na prateleira do supermercado.

Ora, é um número expressivo. Qual é, seguramente, a minha preocupação, e deve ser de todos? Vamos ter que ter o compromisso, o mecanismo que esse desconto efetivamente vá acontecer ao final e ao cabo de todo esse processo virtuoso para a nossa economia. O nosso Governo é um Governo que na questão tributária - até a Oposição reconhece isso, até por ter o Secretário Heron Arzua, um tributarista, um advogado experiente - temos tido uma política ousada em relação aos outros estados. A nossa lei da microempresa, V. Exa. sabe, Deputado Elio Rusch, é melhor do que a lei dos outros estados. Nós mantivemos aqui nesta Casa, no ano passado, os nossos avanços.

Quem quiser questionar, Deputado Chico Noroeste, vá questionar lá no Supremo Tribunal Federal, mas nós conseguimos avançar. Ao mesmo tempo reduzimos a alíquota para as trocas internas entre o atacado de 18 para 12, já é 12. Falta esse benefício agora para o consumidor. O Governo não quer arrecadar R\$ 1 a mais. O que o Governo quer, efetivamente, é manter a receita projetada para poder manter os investimentos nas boas políticas públicas que estamos desenvolvendo.

Recebemos também o nosso orçamento. O orçamento não contempla, Deputado Valdir Rossoni, nenhum aumento da receita, a não ser efetivamente aquilo previsto já pelo próprio processo de correção.

Agora entendo que esta Casa tem que discutir o tema em profundidade, porque se há um compromisso que temos aqui que tirar desse debate, mais do que uma queda de braço, em embate entre Governo e Oposição, efetivamente é o compromisso daqueles que serão os beneficiários da redução da alíquota de imposto com o desconto que tem que ser oferecido para os produtos que vão para o consumidor final.

Agora, entendo, Deputado Elio Rusch, por isso que disse daquela forma de esperar de V. Exa. para a condução desse debate uma posição moderada, no sentimento de que eu quero e pretendo fazer com que possamos trazer aqui o Secretário da Fazenda, Heron Arzua, com sua equipe técnica, trazer os setores empresariais, a Associação Comercial do Paraná, a Federação do Comércio, a Federação das Indústrias, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, vamos trazer o setor produtivo para ver efetivamente os ganhos que temos. O nosso Governo tem tido grandes avanços na questão tributária e entendo que temos que ter muita responsabilidade em face das questões que envolvem a nossa proposta que tem que ser avaliada por esta Casa.

No mais, Sr. Presidente, era isso.

Aproveito, aqui da tribuna, para anunciar a visita do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Osmar Serraglio, que nos visita e que para nós é

uma grande alegria, Deputado, também do nosso partido, para nós é uma grande honra recebê-lo aqui nesta Casa. Seja muito bem-vindo.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, ouço com muita atenção o seu pronunciamento e dizer ao Líder do Governo que, enquanto estávamos na tribuna, V. Exa. estava no comitê de imprensa, mas nós fizemos um pronunciamento, e em momento nenhum fomos agressivos, em momento nenhum nos manifestamos contra esse projeto, mas o que demonstramos é exatamente a nossa preocupação. Qual é a preocupação?

O Governo do Estado, quando manda a mensagem para a Assembléia Legislativa, reduz as alíquotas de 95 mil itens de mercadorias e produtos no estado do Paraná; reduz a alíquota de 18 para 12%, me parece que outros em determinados produtos até reduz abaixo de 12%, mas aumenta a alíquota de alguns produtos que são responsáveis por 60% da receita tributária do estado do Paraná.

Qual é a nossa preocupação, Deputado Romanelli? Que não venhamos a votar esse projeto no afogadilho. Que demos todo o prazo necessário para que possamos discutir não só com os empresários, acho que temos que discutir com outras entidades também. Porque a preocupação nossa, Deputado Romanelli, V. Exa., acho que não era Deputado naquela minha primeira legislatura aqui na Assembléia Legislativa. O Deputado Rossoni, o Deputado Nelson Justus, o Deputado Durval Amaral se lembram muito bem quando aprovamos uma mensagem aqui do Governo do Estado, aliás a lei era de autoria do ex-Deputado Corazza Neto, de Toledo, quando retiramos o ICMS sobre a venda a prazo. Porque o consumidor, quando ia numa loja fazer a compra à vista, quando é a prazo, lógico, você paga juros e, sobre esses juros, o consumidor pagava o ICMS. Nós retiramos o ICMS sobre essa venda a prazo, mas isso não refletiu na ponta, não refletiu no consumidor.

Qual é a nossa preocupação, Deputado Romanelli? Que venhamos a reduzir as alíquotas de determinados produtos, mas que isso não chegue na fonte, que não chegue ao consumidor.

Outra questão que levantamos é quando a mensagem diz que esse projeto é para beneficiar as classes C, D e E, ou seja, a classe mais pobre. Eu disse que o pobre também usa energia elétrica. O Luz Fraterna é aplicado apenas para quem consome até 100 kilowatts. Quantos pobres que ganham salário-mínimo pegam a luz de energia elétrica? Ele não está no Luz Fraterna e vai ter o incremento do ICMS, vai pagar 7.4% a mais de ICMS sobre aquilo. Sim, porque é 2% da alíquota, aumento de 27 para 29, não é 2%, aumenta 2% da alíquota. Mas esses 2% representam 7.4% de aumento de ICMS. Essa é a nossa preocupação.

Temos que discutir isso aqui com muita cautela, sem radicalismo, ouvir a sociedade do Paraná, ouvir os especialistas na área tributária, vamos ouvir com toda certeza pessoas do Governo, da Secretaria da Fazenda, vamos ouvir as entidades tanto do comércio, como da indústria, mas vamos ouvir as outras entidades também, que representem efetivamente o consumidor. Acho que não dá para aprovar uma lei às pressas. Eu já vi em V. Exa., ao menos o sinal de V. Exa. que não venhamos a votar isso no afogadilho. Vamos dar todo o tempo necessário para que possamos discutir isso com a sociedade, se é necessário aumentar o ICMS em todos os produtos. Ou seja, na energia, no combustível, na telefonia. O que queremos é efetivamente reduzir a carga tributária no Brasil. A carga tributária no Brasil é a mais cara.

Agradeço a V. Exa. e, com toda certeza, V. Exa. não terá na Bancada da Oposição uma resistência, mas com muita cautela queremos discutir isso. Se for preciso fazer alterações nesse projeto, haveremos de fazer.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. acredita que a diminuição de impostos desses produtos, com a elevação de impostos de outros produtos, não vai haver aumento de carga tributária?

Só deixo essa pergunta para V. Exa., como Líder do Governo, porque não fizemos ainda o estudo do projeto e isso vai ter que ser amplamente discutido com tributarista. Porque quero saber o seguinte: vai haver aumento ou não vai haver aumento? “Ah, mas vai diminuir para 90 mil, os produtos...” Eu estava ouvindo o Deputado Elio Rusch falando. Mas, a pergunta que eu faço: vai aumentar a receita do estado? Se vai aumentar a receita do estado, de quem vai sair o dinheiro?

É só esta a pergunta que deixo no ar. E o projeto vai me responder, tão logo tenha oportunidade de estudá-lo.

Muito obrigado, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente.

Sr. Presidente, apenas para concluir quero dizer, respondendo ao Deputado Valdir Rossoni, a informação havida nas palavras do Secretário Heron Arzua e do próprio documento que foi enviado a esta Casa, que oportuneizei a V. Exa., ainda ontem, a cópia do documento. Ele é neutro. Ou seja, não haverá aumento da arrecadação do estado por conta desta reforma tributária. O primeiro ponto é este.

Segundo: qual a idéia do projeto? É fazer a redução do ICMS, de 18% para 12%, nos 95 mil itens que são chamados produtos que são comprados pelo salário, bens de consumo do salário, para que haja uma redução do preço de 6 a 8% no preço final para o consumidor.

Também acabei de dizer, V. Exa. estava prestando atenção à minha fala, eu ouvia V. Exa. falando também, e é exatamente esta a preocupação que deve ser de todos, que o benefício fiscal da redução do imposto chegue àquele que é o destinatário. Quem é o destinatário?

As classes C, D e E. Primeiro, não é os combustíveis, é única e exclusivamente da gasolina. Nem álcool, nem o óleo diesel se incluem nisso. Apenas o álcool anidro, que compõe o preço da gasolina. Só a gasolina.

Em relação à energia elétrica, o Paraná tem a menor tarifa de energia elétrica do Brasil. E isto foi uma decisão do Governador Roberto Requião, por conta de que não adianta nada ficarmos enriquecendo os investidores que temos lá na Bolsa de Nova Iorque, da COPEL. O que interessa é ter bem-estar para os paranaenses.

Ao mesmo tempo nós todos sabemos, a indústria no Paraná nenhum prejuízo terá, porque todo o ICMS industrial - V. Exa. sabe disso porque é industrial - o ICMS é apropriado, ou seja, é feita a compensação entre o débito e o crédito do ICMS.

Em relação ao percentual de 2%, a conta é muito simples: vai incidir só sobre o PIS e COFINS. O fato concreto é o seguinte: para quem paga uma conta de R\$ 100, vamos dar este exemplo, vai passar a custar R\$ 102,89. É isto o que acresce numa conta de quem paga R\$ 100, se não falha a minha memória, ou está na apresentação da SEFA, ou no próprio corpo do projeto. É este o impacto. Por exemplo, uma família que vai fazer a aquisição de uma máquina de lavar roupas, de um forno de microondas, ou uma pessoa que vai comprar perfume, por incrível que pareça vai ter benefício. Ou seja, na medida que uma família média que gasta R\$ 700, R\$ 800, R\$ 900 em comida no supermercado, por mês, vai ter uma redução entre 6 e 8% no custo final. O acréscimo, para quem vai ter esta redução, poderá ter R\$ 60 ou R\$ 80 por mês de economia, terá um acréscimo, se ela paga uma conta de R\$ 100, de R\$ 2. Ou seja, é altamente benéfico para as pessoas.

O projeto usa este princípio da seletividade, que é indiscutivelmente a modernização deste tributo, ICMS. Se der certo - e vai dar certo - este projeto, que foi o projeto defendido nesta tribuna pelo Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, infelizmente tem muita gente que quer manter uma estrutura complexa do ponto de vista tributário de arrecadação. Ministério da Agricultura, temos que simplificar isto, dar transparência, reduzir essa máquina que, muitas vezes, é onerosa para o estado, fiscalizatória, temos que desonerar a produção e criar, de fato, os mecanismos para poder cada vez mais ampliar o leque de oportunidades para as pessoas.

O que espero é que esse debate possa se promover, de fato, nesse alto nível e que não possamos criar os famosos factóides por conta do mau humor de um ou outro colunista do nosso estado. Entendo que a Casa não pode ser pautada de fora para dentro. Cada um de nós tem que decidir por nós mesmos, temos que pensar, as nossas bancadas, pelo interesse do povo paranaense. Não é embate político nem de Oposição e Situação, mas muitas vezes é daqueles que têm mau humor em relação ao Governo, e o projeto que é bom, tem que ser bem analisado por esta Casa.

É isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 031/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que altera, a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 230/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Cultura a construção de uma Biblioteca Cidadã no município de Querência do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 231/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde a implantação do Sistema de Atendimento Móvel de urgência - SAMU no município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 232/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Nova Aliança do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 233/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica de Saúde da Mulher e da Criança, no município de Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 234/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Mirador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 235/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Marilena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 236/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Inajá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 237/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Guairacá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 238/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Diamante do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 239/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 240/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 241/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Carlos Gomes, no município de São José do Caiuá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 242/08, de autoria do Deputado Teruo Kato constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Querência do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2492, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência em Plenário no dia 07/10/08 para o Deputado Ney Leprevost, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2503, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência em Plenário no dia 08/10/08 para o Deputado Ney Leprevost, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Queria lembrar a V. Exas. que amanhã a Sessão será às 10h, até porque assumimos com os líderes o compromisso de repor aquelas Sessões, que foram adiadas na semana das eleições. Portanto, encareço a presença de V. Exas. na Sessão de amanhã, às 10h.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 350/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional Dom Pedro Felpak, com sede e foro no município de Wenceslau Braz. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/08, de 18/08/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 366/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaté, com sede no município de Ivaté e foro na comarca de Icaraíma. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/08, de 27/08/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 372/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Estadual e Ernani Vidal, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/08, de 01/09/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Pranchita, com sede no município de Pranchita e foro na comarca de Santo Antônio do Sudoeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que mantêm guichês em terminais rodoviários e aeroportos, bem como os estabelecimentos bancários de disponibilizarem cadeira de rodas e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCD. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Está em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Cruz Vermelha Brasileira filial do estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública o CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes, com sede e foro no município de Bandeirantes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o Lar Abrigo de Jesus do Paraná, com sede e foro no município de Morretes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/08, de 27/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 369/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar Abrigo de Jesus do Paraná, com sede e foro no município de Morretes.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/08, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de utilidade pública estadual a Escola Profissional Piamartina Instituto João XXIII, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/08, de 09/09/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 379/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, declara de utilidade pública estadual a Escola Profissional Piamartina Instituto João XXIII, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2479, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Entendo que o pedido formulado pelo Deputado Jocelito Canto está muito bem formulado. Entendo que foi um grande esforço, que todo o Governo fez, para que todos os municípios paranaenses pudessem ter o Plano Diretor. Um Plano Diretor participativo, que possa fazer com que os municípios tenham crescimento, tanto do ponto de vista urbanístico, quanto econômico, social e também geograficamente pudesse ter, de fato, um planejamento. E a solicitação que o Deputado faz, vai justamente no sentido de identificar quais são os municípios que têm o Plano Diretor, quando custou, quem foi que fez. Certamente talvez ele esteja procurando agulha no palheiro.

Mas, de qualquer forma, o resultado dessas informações é importante para poder mostrar o sucesso de uma política de desenvolvimento urbano desenvolvida pelo Governo do Paraná, que diga-se de passagem, também foi feito pelo grande esforço do Ministério das Cidades do Governo do Presidente Lula. Nesse aspecto o Presidente Lula e o Governo Requião, têm feito um grande esforço para poder fazer com que os municípios possam ter Plano Diretor. Trabalhar com planejamento e projetos, é a melhor forma que tem para bem governar.

Então encaminhamos favoravelmente ao pedido de informações do Deputado Jocelito Canto. Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, na verdade temos acompanhado que a política de desenvolvimento no estado do Paraná, tem pregado que é preciso, antes de tudo, haver um Plano Diretor da cidade. Acho importante o Plano Diretor da cidade, para saber qual é o sentido que ela vai, Agradeço ao Líder Romanelli, e acho importante sabermos se todas as cidades fizeram o Plano Diretor. E, ao mesmo tempo, queremos saber quais foram as empresas que fizeram, também para se ter uma noção se realmente todas as empresas que fizeram são empresas que tinham a capacidade técnica de fazer esse Plano Diretor.

Agradecemos ao Deputado Romanelli pela oportunidade. É uma questão de transparência e também, para saber quantos Planos Diretores foram feitos no estado do Paraná. Isso é bom para o Paraná e, a Assembléia precisa saber de que forma foram contratados esses Planos Diretores, para tirar qualquer dúvida, e que depois ninguém diga que o Plano foi feito somente por uma empresa. Agradeço e peço o apoio dos Srs. Deputados.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero mostrar a importância que tem um requerimento como este, que foi aprovado por unanimidade dentro da Assembléia, que vai poder fazer com que se traga a público a transparência que venha a existir dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Em especial com relação aos valores, às licitações, às empresas que venceram. Acho que é um bom requerimento que o Deputado apresenta e, o Líder de Governo e todas as Bancadas aprovando esse requerimento para que, possamos saber exatamente tudo aquilo que acontece com o dinheiro público na Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos

Requerimento nº 2493, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2494 e 2495, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2499 a 2502 e 2523, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2504, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2518 a 2521 e 2524 a 2530, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2522, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 331, 345 e 362/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 371, 369 e 379/08.

Levanta-se a Sessão.